



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 0891/14	DATA: 01/07/2014	
LOCAL: Plenário 11 das Comissões	INÍCIO: 15h19min	TÉRMINO: 17h30min	PÁGINAS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CÂNDIDO VACCAREZZA - Deputado Federal.

SUMÁRIO

Debate acerca da possibilidade de adiamento da oitiva do Deputado Cândido Vaccarezza, do PT de São Paulo, testemunha arrolada pelo Relator, Deputado Júlio Delgado, do PSB de Minas Gerais, referente ao Processo nº 13/14 (Representação nº 25/14), em desfavor do Deputado Andre Vargas, do PT do Paraná.  
Oitiva do Deputado Cândido Vaccarezza.

OBSERVAÇÕES

Há falha na gravação.  
Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta reunião ordinária do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Expediente.

Com relação ao Processo nº 15, de 2014, em desfavor do Deputado Luiz Argôlo, informo que encaminhei, em 27 de julho, ofício ao Presidente desta Casa para que solicite ao Supremo Tribunal Federal os autos da Operação Lava-Jato, referentes a esse Deputado.

Com relação ao Processo nº 13, de 2014, em desfavor do Deputado Andre Vargas, tenho os seguintes informes:

Recebemos hoje, 1º de julho, do Supremo Tribunal Federal, Ofício nº 22.625, de 2014, o qual encaminha, em anexo, Reclamação nº 17.623 e mídia DVD-R com cópia integral dos autos, em segredo de Justiça, que permanecem sob a jurisdição do Supremo Tribunal Federal.

Dado o segredo de Justiça, esclareço que a documentação estará disponível na sala do Conselho de Ética somente para consulta dos Deputados e do advogado de defesa.

Ontem, 30 de junho, o Prefeito de Pitanga, Altair José Zampier, testemunha arrolada pela defesa do Deputado Andre Vargas, respondeu ao convite para oitiva, requerendo a designação de nova data para ser ouvido neste Conselho, justificando que para o dia 2 de julho já havia compromisso previamente agendado.

Da mesma forma, o Prefeito de Alvorada do Sul, João Carlos Peres, testemunha da defesa, sugeriu seja redesignada a data de sua oitiva para a próxima semana, de 7 a 10 de julho de 2014.

O Deputado Estadual Enio Verri, também testemunha da defesa, comunicou impossibilidade de comparecer no dia 2 de julho e solicitou redesignação da data.

Na última reunião, em 25 de junho, o Relator, Deputado Júlio Delgado, dispensou a oitiva do Sr. Carlos Gadelha, Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde; do Deputado Estadual e Presidente Nacional do PT, Rui Falcão; e do Deputado Federal Vicentinho.

Já foram encaminhados ao Sr. Bernardo Tosto os questionamentos formulados pelos membros deste órgão — as cópias estão nas pastas —, cujas



respostas deverão ser enviadas ao Conselho de Ética até a próxima sexta-feira, dia 4 de julho, por solicitação do Deputado Júlio Delgado.

Ressalto que essas perguntas foram formuladas pelo Deputado Júlio Delgado, Relator, e pela Deputada Rosane Ferreira.

Informo, ainda, que o Juiz Sérgio Moro cancelou a oitiva, por videoconferência, do Sr. Alberto Youssef, agendada para amanhã, dia 2 de julho, tendo em vista a petição da defesa do Sr. Youssef em que comunica que o preso permanecerá em silêncio durante a reunião. As cópias da decisão e da petição estão nas pastas.

Sendo assim, está cancelada a reunião convocada para amanhã, dia 2 de julho, às 14 horas, para oitiva do Sr. Alberto Youssef.

Nós já temos quórum. Então, vou colocar em apreciação as atas das reuniões dos dias 3 e 18 de junho de 2014 deste Conselho.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas das referidas reuniões. Indago aos Srs. Parlamentares...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, as atas já foram distribuídas para os Deputados. Já tivemos oportunidade de apreciá-las. Portanto, peço dispensa da leitura das referidas atas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Deputados que aprovam as atas permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas das reuniões dos dias 3 e 18 de junho de 2014.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Pela ordem, Sr. Presidente. Vou esperar V.Exa. acabar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado. Pode falar agora. Nós vamos entrar na Ordem do Dia em seguida.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu sugeri ao Presidente que, em vez de mandar convites para as pessoas que precisam depor, seria melhor que a Secretaria fizesse contato direto com as pessoas que devem ser ouvidas como testemunhas e acertar uma data, porque manda o convite para tal dia, ele não aceita, pede para marcar outra data, e



nós estamos perdendo tempo. É muito mais prático ligar antes, agendar uma data e acertar essa data, sendo essa data já previamente acertada. Não perdemos o tempo de ir e voltar a pergunta. Eu acho que seria muito mais prático e mais rápido se fizéssemos dessa forma, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Será atendido. Mas a gente tem ligado algumas vezes, e muitas vezes a gente não consegue falar por telefone. Então, está sendo feita uma notificação.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Discute uma data e diz ao cara: esta ou esta. Escolha a data. Senão, Sr. Presidente, aí é só procrastinar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos fazer isso. Faremos isso.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Agradecido, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Antes disso, Sr. Presidente, eu gostaria de saber como está o andamento do outro processo, dos dois outros processos que estão no Conselho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Um está andando normalmente, o do Luiz Argôlo, está andando normalmente o primeiro processo; e o segundo, a notificação está sendo feita hoje, a segunda notificação, porque ele retornou da licença médica. Então, agora vai juntar os dois processos praticamente, porque tem que cumprir datas diferentes, porque são ritos diferentes.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Registro a presença do advogado do Deputado Andre Vargas, Dr. Michel Saliba; do Dr. José Roberto Batochio, do Dr. Marcus Gusmão.

A presente reunião tem por finalidade a oitiva do Deputado Cândido Vaccarezza, a quem eu agradeço por se propor a comparecer aqui hoje, testemunha arrolada pelo Deputado Júlio Delgado, Relator do processo, em desfavor do Deputado Andre Vargas.

Faço alguns esclarecimentos a respeito da oitiva da testemunha, conforme dispõe o art. 12 do regulamento deste Conselho de Ética. A testemunha prestará



compromisso e falará somente sobre o que lhe for perguntado, sendo-lhe defesa qualquer explanação ou consideração inicial à guisa de introdução.

Inicialmente, será dada a palavra ao Relator, Deputado Júlio Delgado, para que formule as suas perguntas, que poderão ser feitas em qualquer momento que entender necessário. Após a inquirição inicial, será dada a palavra ao advogado do representado.

A chamada para que os Parlamentares inquiram o depoente será feita de acordo com a lista de inscrição, chamando-se primeiramente os membros deste Conselho, que têm até 10 minutos improrrogáveis para formular perguntas, com 5 minutos para a réplica.

Será concedida aos Deputados que não integram o Conselho a metade do tempo dos membros.

O Deputado que usar a palavra não poderá ser aparteado, e a testemunha não será interrompida, exceto pelo Presidente ou pelo Relator.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Pela ordem, Sr. Deputado.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, é para formular exatamente uma questão de ordem, mas que me seja permitido antes disso dizer da minha satisfação de retornar a este egrégio Conselho de Ética da Câmara dos Deputados, cujo primeiro processo eu tive a honra de relatar aqui, o processo do então Deputado José Aleksandro, na primeira sessão de julgamento deste Conselho, e também para cuja elaboração, empreendendo a positivação dos princípios deontológicos, éticos, consubstanciados no nosso Código de Ética, tive o prazer de colaborar modesta e palidamente com o então Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa. Então, é motivo de elevada honra aqui comparecer novamente e saudar V.Exa., operoso Presidente, assim como saúdo o nobre Deputado Relator.

Sr. Presidente, há uma questão de ordem que está imbricada com a observância de preceitos constitucionais em relação à oitiva que se pretende fazer nesta data. Trata-se do seguinte: a nossa Constituição estabelece o princípio do devido processo legal, *due process of law*. O princípio do devido processo legal, que nós importamos do Direito saxônico, apoia-se em duas colunas básicas e



fundamentais, que são o princípio do contraditório e o princípio da amplitude do direito de defesa. O contraditório, singelamente conceituado como sendo a ciência que o acusado tem de ter da acusação que lhe é assestada, que lhe é endereçada — tem que ter este conhecimento completo, total, pleno de todos os termos desta acusação —; e a possibilidade de responder a essas acusações. Claro está que quem não conhece a acusação não pode respondê-la satisfatoriamente. De uma acusação hermética, de uma acusação obscura, lacunosa ou desconhecida, a ninguém é dado se defender, porque se trata de missão ou tarefa impossível.

Pois bem, na tarde de hoje, questão de 15 minutos atrás, a defesa do Deputado Andre Vargas teve conhecimento de que aportou a este Conselho de Ética um documento em mídia eletrônica que se comporia de cerca de 4 mil páginas, no bojo das quais estariam as acusações, os elementos, os subsídios, os adminículos que sustentam a acusação endereçada contra o Deputado Andre Vargas.

Ora, obviamente a defesa não teve a oportunidade de tomar ciência do conteúdo dessas cerca de 4 mil páginas. É preciso, para reperguntar ao nobre Deputado Cândido Vaccarezza, testemunha na tarde de hoje, que nós saibamos o que vamos perguntar. É preciso que nós saibamos quais esclarecimentos dele vamos solicitar, o que só seria possível pelo conhecimento do conteúdo deste documento, qual seja, a cópia do inquérito elaborado pela Polícia Federal do Paraná, que foi remetido ao Supremo Tribunal Federal, num trecho em que diz respeito ao Deputado Andre Vargas, e que foi para cá remetido na tarde de hoje.

Se nós realizarmos esta audiência, o processo será nulo. Se judicializada a questão, a Justiça, o Poder Judiciário, declarará essa nulidade, porque se trata de um inequívoco, manifesto, claro, solar, vítreo ataque à Constituição da República Federativa do Brasil, ao seu art. 5º.

Então, como pode se defender o Deputado Andre Vargas, exercer o direito de defesa na amplitude constitucional, que é outro postulado que sustenta o devido processo legal, se ele não conhece a acusação, não conhece esses elementos?

Nós deixaríamos, com a oitiva, com a inquirição do Deputado Cândido Vaccarezza na tarde de hoje, de passar a oportunidade de dele solicitar informações a respeito de dados que contém esse documento que, para nós, é desconhecido.



Então, como cooperação com este Conselho, eu estou formulando esta questão de ordem, para que seja ensejada à defesa a oportunidade de ler este documento que chegou há 15 minutos aqui à Casa, ou pelo menos nós tivemos ciência dele há 15 minutos, para então nós realizarmos os atos instrutórios que se iniciam com a oitiva, com a inquirição do Deputado Cândido Vaccarezza.

O nosso intuito é preservar a integralidade, a higidez, a validade deste processo, não permitir que a Constituição seja violada. O direito de defesa, sem dúvida, é uma das conquistas da sociedade moderna. Todo acusador de hoje poderá ser o defendido de amanhã. Portanto, a Constituição da República Federativa do Brasil o que enuncia? Para se processar alguém, é preciso que se faça isso dentro dos lindes, dentro dos parâmetros, dentro do modelo fixado na própria Carta Constitucional.

Uma segunda questão de ordem, Sr. Presidente, é com referência ao direito de silêncio que manifestou a pretensão de manter a testemunha Alberto Youssef. Essa testemunha é testemunha do Relator e é testemunha também da defesa. Tanto o Relator quanto a defesa têm interesse em perguntar ao Sr. Alberto Youssef muitas coisas, para que ele esclareça essas coisas, senão nós vamos ficar nos boatos publicados através da imprensa. E a acusação não pode ser fundada em boatos, ou em comentários, ou em interpretações de quem não está envolvido no processo, ou seja, notas de imprensa. Nós temos de ver o que de palpável, de táctil, de concreto existe como elementos ou adminículos incriminadores.

Portanto, é um direito do Sr. Alberto Youssef se manter em silêncio, sim, é o *privilege against self-incrimination*, o direito de não se autoincriminar, que nós importamos do Direito saxônico. É uma das garantias fundamentais. Ninguém é obrigado a depor nem como testemunha, se do seu testemunho puder resultar potencialmente um comprometimento aos seus interesses. Mas, respeitando esse direito que também está assegurado na nossa Constituição, diz lá o dispositivo constitucional: Ninguém é obrigado a incriminar a si mesmo.

Eu queria ponderar nesta questão de ordem a V.Exa. o seguinte: como essa testemunha também foi arrolada pela defesa, nós não podemos forçá-la a vir depor, mas eu queria manter essa testemunha arrolada, porque, quem sabe, no curso da



instrução, ela se convença de que deva dar a sua contribuição ao esclarecimento da verdade e reformule o seu posicionamento.

Então, Sr. Presidente, o que eu peço e resumo é a não inquirição na data de hoje da testemunha aqui presente, pedindo a ela, naturalmente, desculpas, mas cumprindo o dever de defender a ordem constitucional e defender dentro dos parâmetros da Constituição o direito do acusado, para que isso seja feito numa próxima data. Não há prejuízo, Sr. Presidente. Nós temos muito tempo. Ninguém aqui é açodado, ninguém aqui está com volúpia de decidir o processo em cima do joelho. Nós temos todo o tempo para fazer isso com calma, com ponderação, com equilíbrio e respeitando os princípios constitucionais.

Qual é o mal que acarretaria o fato de nós fazermos essa inquirição na semana que vem, por exemplo, depois de nós lermos o que veio do Supremo? Então, eu requeiro nesta questão de ordem, sobretudo ao Sr. Relator e ao Sr. Presidente, que seja suspenso o ato de inquirição, para que ele possa se realizar de acordo com os preceitos constitucionais, dentro de 4 ou 5 dias. V.Exas. haverão de fixar aí a nova data.

É o que fica requerido.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu já vou lhe passar a palavra, Deputado.

Na verdade, eu não posso considerar isso como uma questão de ordem, porque, pelo Regimento da Casa, só membros do colegiado, mas a gente leva isso como um requerimento, um pedido, uma solicitação, que eu vou passar para o Relator responder, porque é a critério dele.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Esclarecimento. A Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, assegura ao advogado o direito de pedir a palavra pela ordem para suscitar questões. Então, eu faço isso amparado na lei federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, não como uma questão de ordem do colegiado.

Deputado Júlio Delgado.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, nobre Deputado Vaccarezza, Srs. Colegas do Conselho, essa tríade de hoje formada pela defesa do Deputado Andre Vargas, reforçada pelo meu companheiro, amigo, professor aqui nesta Casa, com quem eu tive a honra de cumprir mandato junto, Dr. Batochio, que já vem aqui demonstrando claramente sua competência, e eu estava ali saudando os saudosos momentos bons que tivemos aqui nesta Casa, como colegas Parlamentares na Comissão de Constituição e Justiça e neste Conselho, considero a questão de ordem não como de mais um advogado, mas como de um Parlamentar que viveu nesta Casa a plenitude do seu mandato, como V.Exa. o fez. Mesmo não tendo direito, eu teria toda a consideração de levar esses questionamentos.

E vou, com relação a dois deles, começar talvez pelo segundo, para poder facilitar, porque eu acho que é de um encontro. Sem prejuízo de que a defesa possa considerar, em algum momento desse processo, dada a oportunidade — e isso pode vir à frente — da oitiva do Sr. Alberto Youssef, em qualquer momento, se ele quiser, para que depois a defesa não possa alegar que o Sr. Youssef vai ser ouvido... Se der essa vontade, se ele tiver a disposição, lá no final, como uma testemunha arrolada por nós, pela Relatoria, depois de eventualmente termos ouvido algumas das testemunhas de defesa, até porque as testemunhas de defesa serão ouvidas a partir desta semana ou da semana que vem... Se isso advier dessa vontade, amanhã, um questionamento que a defesa poderia fazer... Mas como ele é uma testemunha também arrolada pela defesa, em qualquer momento, se essa for a vontade... E já deixo aqui até a possibilidade de uma consulta ao Presidente e à Secretaria. Se o Sr. Youssef se negou a falar, e, por questões de economia processual, o juiz federal cancelou a oitiva por videoconferência, se fosse possível nós marcaríamos — e eu me coloco à disposição mesmo para ele se negar a falar novamente —, em qualquer momento, uma ida ao Paraná, para ele, se for o caso, negar as perguntas de representantes deste Conselho junto com a defesa do Deputado Andre Vargas. Já deixo como uma oportunidade que possamos fazê-lo. Essa é uma questão, ponderando ao senhor, à defesa.

E por essa questão, eu quero dizer a V.Exa. — e vou chamá-lo assim com a devida vênias e com o respeito de quem aprendeu muito nesta Casa com a sua passagem por aqui — que eu estou pronto para fazer a inquirição ao Deputado



Vaccarezza. As informações que ele pode nos dar nesse processo eu já obtive daquilo que foi aventado na própria representação, no que foi colocado, depois, na admissibilidade que nós votamos e aprovamos aqui no Conselho. Não tem prejuízo disso. E sei que há uma confusão e parece, por mais contraditório que possa ser, que a relatoria está açodada, como se estivesse a defesa querendo retardar ou protelar isso.

Eu não quero, de forma nenhuma, aqui, demonstrar... Eu quero cumprir o procedimento legal. E eu estava ali conversando com o Dr. Batochio, e falo aqui de público que, quando nós convivemos neste Conselho, houve uma modificação implementada pelo Deputado José Carlos Araújo, que, diferentemente de um processo que tinha 90 dias para vigorar — e eu já peguei processos aqui com 6 meses de relatoria —, a instrução probatória começava a contar com 40 dias úteis a partir da entrega da defesa, o que foi feito aqui.

Então, eu tenho um prazo a cumprir, regimental, de encerramento da instrução probatória. Isso é uma questão clara. Já de um acordo estabelecido aqui, Dr. Batochio, no início de maio, para que as oitivas da relatoria comesçassem a ser feitas nos dias 10 e 11, foram propostas as datas de 17 e 18, 24 e 25, confundidas aí com eventuais paralisações de funcionamento desta Casa em função da realização da Copa do Mundo. Mas nós tivemos, na semana passada, no dia 25, uma manifestação do Deputado Vaccarezza colocando-se à disposição para vir hoje. E nós, que na semana passada encerramos, e depois do segundo convite a uma série de testemunhas dispensamos a oitiva das mesmas, porque dessas posso fazê-lo, mantivemos para esta semana a do Deputado Vaccarezza, até porque ele se dispôs a isso, para demonstrar que não existia nenhum tipo de açodamento — e é muito válida e contribuirá para o processo a manifestação do mesmo. Então, nós temos que aproveitar a presença dele, a disponibilidade dele, marcada para isso.

Agora, repasso ao Presidente essa indagação de V.Exa. por quê? Porque a gente tem o cancelamento do Sr. Youssef às 14 horas amanhã; teríamos a oitiva das testemunhas dos proprietários da Labogen amanhã pela manhã; e começaríamos a ouvir as testemunhas de defesa a partir... A gente poderia dispensá-las esta semana, e convidá-las novamente, porque, como foi lido aqui pelo próprio Presidente, todas elas alegaram impossibilidade de estar presentes a partir



de amanhã à tarde? E há uma questão processual que eu tenho que respeitar, se V.Exa., assim como toda a defesa, achar indispensável o testemunho dos mesmos, eu não posso, até o final da instrução probatória, dispensar as oitivas da testemunhas arroladas por V.Exa.; eu posso dispensar as oitivas arroladas pela relatoria. Mas aquelas, até o final da instrução, no quadragésimo dia útil dessa instrução, aí sim, por força do novo Regimento, eu posso dispensá-las, em função de não ter mais prazo para apresentar o meu relatório.

Mas se o Presidente quiser, Deputado Vaccarezza coloco aqui, na presença dele, essa oitiva dessa testemunha, e que a gente possa aqui, de público, com todos, já que não teremos a oitiva das testemunhas de defesa amanhã à tarde, e o Deputado Vaccarezza é uma testemunha nossa, que eu poderia dispensar, mas está aqui, demonstrando disposição, queria colocar a V.Exa.: amanhã tem depoimento da Labogen marcado. Se os proprietários da Labogen aceitarem passar de amanhã para quinta-feira pela manhã, e o Deputado Vaccarezza assumir, de público, aqui, a disposição também de estar aqui na quinta-feira pela manhã, para a gente poder ter... Eu faria essa concessão, nesse acordo claro feito com a defesa e com o Deputado Vaccarezza. Se não for, se S.Exa. colocar aqui a impossibilidade, e S.Exa. está disposto hoje, eu não queria abrir mão do testemunho do Deputado Vaccarezza, não.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - V.Exa. me permite apenas uma observação?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Fala, doutor.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - É uma homenagem, Sr. Relator, eminente Deputado Júlio Delgado — com quem eu aprendi, contrariamente ao que manifestou S.Exa. — , é uma homenagem que se faz à Constituição. Nós somos um País que conquistamos uma democracia a duras penas; nós vivemos numa ordem constitucional consolidada agora. Nós temos que respeitar, a qualquer custo, a Constituição. Então, é uma homenagem que V.Exa. faz não às conveniências da hora, não aos desejos de setores da sociedade, mas é uma homenagem que V.Exa. faz à Constituição, a quem todos nós devemos obediência.

Eu acho extremamente sensata a posição de V.Exa., e a defesa está de pleno acordo com essa possibilidade, e aqui estará na quinta-feira, como V.Exa. ponderou.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Antes de passar a palavra ao Deputado Vaccarezza, que a pediu, eu queria ouvir a questão de ordem do Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro, quero protestar por não estar na época em que o doutor, o Deputado Roberto, hoje advogado aqui, estava aqui militando como Deputado. Protestar de mim, por não ser candidato, e do povo, por não me ter elegido para que eu pudesse beber da sabedoria, como o Júlio Delgado bebeu um pouco da sabedoria do nobre advogado.

Mas eu queria ponderar o seguinte: na Bahia há um ditado que diz que *“pau que dá em Chico também dá em Francisco”*. Os documentos que aqui chegaram não foram vistos por ninguém, nem pela defesa, nem pelo Conselho, então, eles estão fora do contexto desta reunião. Então, seria interessante para nós — nós não estamos violando a Constituição, e acho que V.Exa. tem toda a razão: a Constituição tem que ser respeitada. Mas uma nova audiência, se for necessária, para discutir o que está, sim, no que veio, no processo que veio do Supremo Tribunal. Mas talvez o próprio Relator se dê por satisfeito ouvindo o Deputado Vaccarezza no que já está na defesa, no que já foi dito aqui. S.Exa. pode se dar por satisfeito, não precisando ver, nem ler nada do que veio do Supremo Tribunal. Então, nem nós tomamos conhecimento, nem a defesa. Então, nós não estaríamos, de forma nenhuma...

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Com a diferença de que quem pode ser condenado não somos nós, mas é o cliente da defesa.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não, mas se a defesa quiser, e se achar necessário, é só requerer uma nova oitiva do Deputado Vaccarezza, que fará uma oitiva mais curta, porque essa parte já foi vencida, já foi respondida, e fará a oitiva somente da parte do processo que veio do Supremo Tribunal. Nós vamos ganhar tempo, até porque outras oitivas poderão ser feitas, baseadas no que o Deputado Vaccarezza colocar aqui. É só ajustar, porque podemos fazer isso. São 4 mil e tantas páginas; pode ser que não dê tempo de ler, nesses 4 dias, para a próxima reunião do Deputado Vaccarezza, que vai se dar, proposta por V.Exa., no dia 8. Fica muito curto. Por isso nós estamos ouvindo o Deputado Vaccarezza;



continuaríamos o processo, com tempo suficiente para ler o processo que está no Conselho de Ética dos Deputados. E se necessário, tanto para nós, conselheiros, como para os advogados de defesa lerem e perguntarem mais adiante, se for necessário. Então, não tomaríamos conhecimento do que está aí. Nem nós lemos, nem a defesa leu. Nós vamos discutir, ouvir o Deputado Vaccarezza sobre o que já está visto, está posto à mesa. Fora disso, nós ganharíamos só tempo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Eminente Deputado José Carlos Araújo, a defesa não pode fazer esse voo cego, pilotar um avião a 10 mil metros de altura sem bússola, sem visibilidade e sem nenhum aparelho que possa norteá-la, além do que a Constituição continua sendo desrespeitada, porque ela diz que tem que se dar ciência de todo o conteúdo para, depois, se iniciar a instrução. V.Exa. quer trocar um por dois. V.Exa. quer transformar um depoimento em dois depoimentos. Isso é antieconomia processual. Nós podemos ouvi-lo uma vez só e com observância dos preceitos constitucionais.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Vaccarezza com a palavra.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, eminente Relator, Deputado Júlio Delgado, meus colegas Deputados do Conselho, Srs. Deputados, V.Sas. são bem-vindas, demais presentes, eu gostaria de dar uma explicação: por que eu vim aqui?

Em toda a minha trajetória política, eu me caracterizei por três questões fundamentais, Sr. Presidente. Primeiro, transparência; segundo, sempre defendi a liberdade de imprensa e nunca fugi de nenhum tema, mesmo aqueles que não são favoráveis a mim, mesmo em período eleitoral, como foram os debates quando eu fui Líder do Governo, que fiz até o final sobre diversos temas, V.Exas. se lembram; e, terceiro, tenho um compromisso com os meus eleitores de que nunca vou decepcionar quem votou em mim.

Quero adendar uma quarta questão, meu amigo José Carlos Araújo: tenho um imenso respeito pela Câmara dos Deputados, por este Conselho de Ética, que é um colégio bastante fundamental. Então, eu jamais poderia me negar.

Quero refutar o que saiu na imprensa, de que eu teria sido convidado para o dia 17 e não apareci. Isso não é e nunca foi verdade. Eu recebi um *e-mail* dizendo



que eu poderia escolher dia 17 ou dia 25. Respondi, no ofício, dizendo que nos dias 17 e 25 eu não estaria em Brasília, mas que dia 1º eu estaria e que deporia à hora que o Presidente marcasse. E assim foi marcado.

Sou amigo do Deputado Andre Vargas, como todo o mundo sabe, de longa data. Nós nem éramos Deputados quando nos conhecemos. Eu era médico e ele trabalhava no Paraná, onde acompanhei uma reunião. Foi quando nos conhecemos, há muitos anos.

Mesmo sendo amigo do Deputado Andre Vargas, o meu papel aqui é contribuir com o relatório. Não me reuni com o Deputado Andre Vargas, não tive conversa alguma com os advogados aqui presentes, não sei qual é a estratégia da defesa.

Estou aqui, Deputado Júlio Delgado, para contribuir com o vosso trabalho. Tenho uma visão e tenho discordância inclusive, mas não é o debate de como V.Exa. está encaminhando aqui. Essa é uma questão particular que eu vou debater como Deputado, não... V.Exa. como Deputado. Mas isso não é o caso.

Fui convidado. Não discuti no PT, não conversei com o Deputado Rui Falcão, não conversei com o Deputado Vicentinho qual seria a estratégia, e o PT não definiu nenhuma estratégia, já que o próprio Deputado Andre Vargas não é nem mais filiado ao PT. E eu estou preparado para responder a todas as perguntas. Não conversei nem com o Presidente, que é meu amigo — aliás, eu era muito amigo do pai dele. Viajamos juntos várias vezes. Temos relação de amizade, relação familiar.

Em relação ao Deputado Júlio Delgado, a quem trato de Julinho, não é o caso nesta discussão formal, nos conhecemos antes de eu assumir o meu mandato de Deputado Federal, numa empreitada da qual fomos vitoriosos aqui. V.Exa. era um eminente coordenador e eu era o seu auxiliar. *(Riso.)* Estou brincando. Foi a campanha do Arlindo Chinaglia. Nós fizemos parte de uma coordenação para Presidente. Mesmo assim, não liguei nenhuma vez para o Deputado Júlio Delgado para saber o que S.Exa. ia me perguntar, para acertar conversa alguma ou para ver qual seria o andamento.

Em relação às perguntas, eu estou preparado para responder, mesmo porque nesse relatório de 4 mil páginas não sou citado, não sou investigado. Fui chamado como testemunha e é assim que vou me comportar.



Quanto à decisão sobre se vou falar hoje ou se vou falar depois, cabe ao Conselho de Ética. Então, quero pedir a V.Exa. para retirar a proposta a mim de a gente fazer um acordo para eu voltar depois. Comigo não tem esse acordo. Se o Presidente decidir que é hoje, eu vou falar hoje. Agora, se o Presidente decidir que é semana que vem, quinta-feira, digo de antemão que não posso, mas não é um acordo, não está condicionado. Eu não vou me negar a depor. Agora, não sei se vou poder depor semana que vem.

V.Exa. sabe, eu tenho por hábito, neste mês de julho, sempre fazer uma prestação de contas do meu mandato, todos os anos faço, e eu estou com uma série de agendas. Tenho que consultar a minha agenda, porque, como eu sou testemunha, não vou dizer qual data eu posso. V.Exa. tem dever de ofício de estar aqui; eu não, porque eu sou convidado. Se eu fosse convocado, mesmo que eu tivesse outra agenda, eu viria. Então, vim hoje, conforme acertamos. Estou preparado para tratar desse assunto. A linha da defesa é um problema da linha da defesa, não é meu. Não quero fazer acordo para falar depois. Vim para falar hoje. V.Exas. vão decidir se falo hoje ou se vão me dispensar de falar hoje e me convocarão para outra data, que eu vou ver se posso ou não atender à convocação.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, nobre Deputado Vaccarezza, primeiro, quero dizer que tudo o que V.Exa. disse aqui é a absoluta verdade. Não há nada combinado nem de V.Exa. com a defesa, nem de minha parte com a defesa. Nós nos reencontramos aqui, tirando a Deputada Rosane Ferreira, que esteve aqui nas duas últimas oitivas, nós nos reencontramos aqui, os membros do Conselho de Ética que estão aqui, o Deputado José Carlos Araújo esteve na primeira e não esteve na segunda; o Deputado Izalci, mesmo sendo de Brasília, esteve na primeira e não esteve na segunda, mas nós nos reencontramos aqui na sessão: Deputados Mandetta, Sibá Machado, que reaparece, Fernando Ferro...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Deputado, eu estive aqui. Só que eu cheguei atrasado. *(Riso.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - É, mas quero dizer aos membros aqui o seguinte: não existe combinação, mas a palavra de V.Exa. Está aqui como convidado. E a gente quer colaborar com o intuito de, primeiro, não passar açodamento. Eu também estou pronto para fazer os questionamentos. Estou pronto.



Agora, se isso servir para a defesa para que ela possa se confortar e a gente entrar aqui, não num acordo, num procedimento, não existe... Amanhã nós temos depoimento da Labogen. Na semana que vem, como não há nenhuma testemunha prevista para começar a defesa, e a defesa pode achar indispensável, e a gente ter de começar um segundo convite, da mesma forma, para a próxima semana, nos dias 8 e 9, eu pergunto a V.Exa. se, como houve o cancelamento da oitiva do Youssef, para poder colaborar com o Conselho, com a sua disposição, a gente pode marcar para amanhã à tarde, quarta-feira. S.Exa. está aqui, a defesa está aqui, nós estaremos aqui. Se não for, eu estou disposto a fazê-lo hoje.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Deputado, usando um termo dos advogados — permitam-me —, *data venia*, vamos tratar com formalidade essas questões.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Então, amanhã de manhã.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não. V.Exa. me envia um ofício e eu digo se posso. A princípio, eu não posso. Eu tenho...

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu posso inclusive dispensar sua oitiva, nobre Deputado Cândido Vaccarezza. Eu quero que colabore, para não falar que a gente está protelando. Eu posso fazer a dispensa da sua oitiva, posso falar que eu estou dispensando a sua oitiva.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não. Não vamos criar fato para a imprensa, porque não se trata disso. Não vamos criar fato para a imprensa.

Não estou e não vou fugir de nada, mas não vou me submeter a um rito que é desnecessário. Nós combinamos, eu vim aqui para depor. Se V.Exas. disserem “não”, está bom, marquem outra data. Eu não vou responder assim, eu tenho que consultar a minha agenda, eu tenho o que fazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - V.Exa. vai manter essa data de hoje?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Está mantida. Eu quis fazer amanhã para dar tempo... Ele não quer...

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Sibá Machado.



**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Sr. Presidente, eu só gostaria de que pudessem refazer as atas desta reunião. Pela segunda vez, eu escuto do Relator palavra sobre minha pessoa que eu não aceito mais. Primeiro, por que eu não vim à reunião anterior? Porque eu estava ocupado na CPI da PETROBRAS. Sou titular daquela Comissão e uma das pessoas responsáveis por acompanhar de perto aquilo ali.

Segundo, nós sabíamos que a data marcada era uma data complicada de presença, e eu cheguei no dia anterior e só saí no dia seguinte. Portanto, eu estava na Casa, Sr. Presidente.

Por fim, eu não sou responsável por trazer ninguém, já que eu não sou babá de ninguém, de Parlamentar nenhum, de quem quer que seja. As pessoas avocadas para virem aqui como testemunhas vêm se quiser. Eu não tenho responsabilidade com nenhuma delas. E, como tal, eu pediria respeito à minha pessoa, porque eu estou aqui. Eu respeito este Conselho de Ética e também quero total respeito à minha pessoa.

Portanto, eu gostaria que retirassem das atas deste Conselho qualquer palavra colocada sobre a minha pessoa como se fosse responsabilidade que eu não as tenho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Nós vamos reavaliar o pedido de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu quero dizer para manter aqui. Não vai reavaliar pedido.

O Deputado Sibá Machado fez um acordo, não foi na minha presença, não, foi na de todos os membros deste Conselho. O Deputado Sibá Machado estava aqui comigo semana passada. Quando foi suspensa a reunião lá, caminhou para cá e não quis vir para o Conselho. O Deputado Sibá Machado...

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - V.Exa. simplesmente cancelou as oitivas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Deputado Sibá Machado, eu lhe dei o respeito...

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - As oitivas foram canceladas!

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu tenho respeito por V.Exa., mas...



**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - As oitivas foram canceladas!

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - ...não faço mais acordo com V.Exa. Eu respeito V.Exa., mas não faço mais acordo com V.Exa.! Não é merecedor do mesmo. V.Exa. não é merecedor do mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputados, nós vamos continuar a sessão e vamos parar a discussão.

Vamos fazer o seguinte: eu acho que, em respeito ao Deputado Cândido Vaccarezza, que prontamente se dispôs a comparecer aqui desde o primeiro pedido, a gente pode continuar as oitivas com o Deputado, isso não vai ser prejudicial ao processo, ainda mais que é testemunha arrolada pelo Relator. Nós vamos continuar com o procedimento normal, dar a palavra para o Deputado Vaccarezza.

Vou passar a palavra ao Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Primeiro, como o Deputado Vaccarezza veio aqui para contribuir com as informações, eu acho que nada impede de ouvi-lo. Se lá na frente houver necessidade novamente de convidá-lo, nós o convidaremos. Mas não tem sentido deixar de ouvi-lo aqui, porque ele pode contribuir com isso.

Então, eu acho que deveríamos realmente ouvi-lo, como V.Exa. está sugerindo. Se for necessário, vamos convidá-lo novamente. Mas podemos adiar mais uma vez.

Mas eu estive aqui, Deputado Júlio Delgado. Na segunda vez, eu assinei a presença — realmente foi cancelada a reunião.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Sr. Presidente, V.Exa. está decidindo a matéria monocraticamente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não, não.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Vai submeter à votação do Conselho?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não. Só se alguém fizer um requerimento. A gente pode submeter à decisão.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - A pergunta é outra, Presidente. O que o nobre advogado está perguntando é se V.Exa. está decidindo em ouvir o Deputado Vaccarezza hoje monocraticamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu estou atendendo a um pedido do Relator de ouvi-lo hoje.



**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas V.Exa. poderia perfeitamente perguntar ao Conselho, aos Deputados, para dividir esse peso com todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então, vamos tirar o peso das costas do Presidente.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vamos fazer uma votação aqui como se fosse um requerimento.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Uma consulta. V.Exa. pode fazer uma consulta a todos nós.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Está bom.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu acho até para que o próprio Deputado Vaccarezza possa se ver livre desse problema.

No processo que está aí, o Deputado Vaccarezza, como eu já disse, sequer foi citado. Nada vai ser necessário ouvir do Deputado Vaccarezza sobre o que está vindo aí do Supremo Tribunal.

O Deputado Vaccarezza está aqui espontaneamente, veio de bom grado para prestar o esclarecimento. E se tiver alguma coisa que seja para esclarecer, ele o fará. Não tenho a menor dúvida disso. Conheço o Deputado Vaccarezza desde que cheguei a esta Casa e sei disso.

Então, nada vai tirar o brilhantismo do Deputado Vaccarezza, que é um grande Deputado, nós sabemos disso. Nada vai ofuscar, Deputado Vaccarezza, V.Exa. aqui ao falar apenas sobre o que já está posto neste Conselho. Tenho certeza absoluta de que não tem nada que V.Exa. possa esclarecer mais do que vai esclarecer, como já está aí. E aí V.Exa. também se vê livre desse processo.

Se necessário for, nós vamos convidá-lo. Eu tenho certeza absoluta de que V.Exa. vai achar a data, como achou hoje, vai achar uma próxima data, e nós vamos perguntar outra coisa que for necessário. Se for o caso, V.Exa. não vai se negar a vir.

Portanto, eu acho que nós vamos ganhar tempo processual. Como falou o Deputado Júlio, ele tem prazo, nós temos um prazo maior ainda, Presidente. Dia 5 de outubro está aí, está chegando, e nós temos que acabar com isso. Não podemos



ficar perdendo tempo, e já perdemos tempo. Não podemos ficar aqui ouvindo processo, tocando esse processo, quando deveríamos estar nas nossas bases. Por mim, digo a V.Exa. que ouviria o Deputado Vaccarezza hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Atendendo ao requerimento da defesa, quem concordar com a realização da oitiva do Deputado Cândido Vaccarezza hoje permaneça como se encontra. *(Pausa.)*

Eu acho que não tem nenhuma oposição.

Aprovado.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Sr. Presidente, só peço a V.Exa. que faça consignar em ata que neste ato a Constituição não está sendo observada. Eu vi aqui se alegarem motivos de toda a ordem: conveniência, comodidade, necessidade de viagem, mas não ouvi ninguém dizer que a Constituição precisa ser efetivamente cumprida na sua literalidade. Portanto, eu peço que seja consignado em ata que a defesa alega isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Será consignado.

Passo a palavra ao Deputado Relator Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Vaccarezza, Deputado amigo Cândido Vaccarezza, V.Exa....

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Só um minuto, Deputado. É preciso assinar o termo de compromisso:

*“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 1.314 e Representação nº 2.514, instaurados em desfavor do Deputado Andre Vargas, do PT do Paraná.”*

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Presidente, só quero perguntar ao nobre advogado se nós somos obrigados ou se alguém é obrigado a responder sobre alguma coisa que não conhece. O processo nós não o conhecemos, então não podemos perguntar sobre o que está aí. É um desconhecido. E quando for conhecido, nós vamos votar e opinar se vale a pena ouvir o Deputado Vaccarezza sobre o que chegou ou não.



**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Presidente, só tem um erro. Aqui diz: "*Deputado Andre Vargas, do PT*". Eu vou assinar o termo. Se eu assiná-lo, eu vou corroborar com esse erro. Mas, para não atrasar os trabalhos, eu quero que V.Exa. o corrija com sua letra, porque eu não posso rasurar. O Deputado Andre Vargas está sem partido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu não posso corrigir, Deputado, porque na Câmara ainda consta como PT, não na legenda do partido, mas na Câmara ele continua.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - É preciso fazer uma ressalva.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Consta na Câmara. O partido precisa mandar para a Mesa Diretora o pedido de retirada do nome dele que consta na Câmara.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu tenho lutado pela consolidação das leis e para tirar uma série de coisas. Isso é um desuso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - É só burocracia.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - É uma burocracia.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Mas pode constar em ata a observação do Deputado Cândido Vaccarezza?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu vou fazer constar em ata. Com a palavra o Relator.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Deputado Vaccarezza, V.Exa. conhece o Sr. Alberto Youssef?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu vou responder a essa pergunta, Deputado, mas eu quero só precisar uma questão para V.Exa. tomar cuidado e não ficar mal para V.Exa. Nunca me trate como investigado. Se eu o conheço, não o conheço e as condições que eu o conheço não estão em debate neste Conselho de Ética. Eu vou responder, mas só vou fazer isso para melhorar as outras... Uma coisa é V.Exa. me perguntar se eu estive junto com Andre Vargas e o Alberto Youssef, aí eu posso responder. Mas vou começar. Conheço. Eu o conheci há muito tempo.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Conheceu há muito tempo.



V.Exa., ao conhecê-lo há muito tempo, teve tratativa junto com ele e o Deputado Andre Vargas aqui em Brasília? Onde?

Não estou inquirindo V.Exa. como acusado, não.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Essa está certa.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - É preciso esclarecer isso.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Claro, claro. Essa aí está certa. Eu respondi a isso em nota para a imprensa, que não foi contestada por ninguém. Eu, nunca, na minha vida me reuni com Andre Vargas e Alberto Youssef para tratar de Labogen, para tratar de outro assunto qualquer, nem de política nem de negócios. Se alguém disser que tratou, que viu, está mentindo. E o que o Andre Vargas me disse é que ele recebeu um... E me disse depois, quando saiu. Eu nunca nem tinha ouvido falar. Provavelmente eu já tenha ouvido falar, porque sou médico, esse nome Labogen, mas até sair na imprensa eu não sabia nem do que se tratava. E o Andre me disse que tinha recebido um pedido sobre esse assunto e tinha encaminhado. Foi isso o que ele me disse, como vários Deputados: *"Isso aqui você tem que encaminhar para o Ministério da Saúde"*, se eu não me engano. Mas não tenho certeza inclusive se foi o Alberto Youssef, acho que não foi. Então, eu não tenho nenhuma tratativa, nunca participei de reunião. Não sabia que o Andre tinha participado com Alberto Youssef desse assunto, não tenho conhecimento se ele participou ou não. Ele me disse inclusive que nunca participou.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não estou perguntando do assunto da Labogen. Eu quero saber se V.Exa. esteve com o Youssef, com o Andre. Vocês estiveram na casa do Andre Vargas? Segundo consta, o Alberto Youssef esteve na sua casa.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Esse assunto da minha casa eu já respondi para a imprensa: nunca houve reunião na minha casa para tratar desse assunto. O que houve — inclusive, se V.Exa. ler com cuidado o recado dele, ele erra o endereço e a data — foi o seguinte: *"Estou na casa do Vaccarezza, você não vem? Estou aqui no sexto"*. Eu não moro no sexto. Eu não moro no sexto. Então, quero dizer para V.Exa., que digamos que ele — já que V.Exa. quer tratar de mim e não do Andre Vargas, eu vou conceder mais esse espaço —, digamos que ele tivesse estado na minha casa, isso não é crime, isso não tem nenhum problema.



Aliás, ele esteve em vários lugares, em igreja, fez sociedade e tal. Eu não tenho nada com a vida dele. O fato concreto é o seguinte: nunca houve reunião — vou responder pela terceira vez —, nunca houve reunião do Andre Vargas, do Alberto Youssef e do Vaccarezza.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Nunca houve desses três nem de mais pessoas?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Aí V.Exa. pergunta: para essas mais pessoas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não, eu estou te dando...

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Quem são? Dá o nome das mais pessoas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu quero saber. Esteve na sua casa ou na casa do Andre Vargas, junto com o Youssef, o Pedro Paulo Leoni?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Olhe, na minha casa, junto com o Andre Vargas, eu não me lembro se o Pedro Paulo Leoni esteve, mas eu conheço o Pedro Paulo Leoni há muito tempo, e nunca houve reunião do Pedro Paulo Leoni e do Andre Vargas e minha, nunca houve.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Com o Alberto Youssef.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Reunião nunca houve.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu gostaria de perguntar a V.Exa.: quando começou toda essa representação e processo contra o Deputado Andre Vargas, V.Exa. teve um ato muito claro de defesa do Deputado Andre Vargas, inclusive esteve aqui no dia em que estávamos instalando o processo, falou, pediu inclusive questão de ordem nesse sentido.

Como é que V.Exa. vê a representação? Primeiro, um pedido para o PT, para o Andre Vargas largar a Vice-Presidência, que V.Exa. era contra; depois, para o Andre Vargas largar o mandato, segundo consta V.Exa. era contra.

E agora o PT encaminhou ao TSE uma representação contra o Andre Vargas pedindo o mandato dele. Com relação a isso, V.Exa. mantém sua posição contrária? Eu gostaria de saber essas informações.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu não estou entendendo V.Exa., mas eu vou responder para o Conselho de Ética. Por que eu defendi o Andre



Vargas? Eu acho que o Andre Vargas cometeu um erro gravíssimo — que eu não sabia — que foi a utilização do avião. Se este Conselho se debruçar... Eu não sei quantos Deputados desta Casa... Tenho certeza de que nenhum aqui do Conselho, e não tenho conhecimento se algum Deputado já usou um avião emprestado, mas aquilo ali eu acho que é um erro, porque ele pediu um avião e não tratou de forma adequada. Ele mesmo reconheceu que foi um erro. Em relação às demais questões, eu tenho convicção — a não ser que fatos novos apareçam —, pelos fatos aparecidos, eu tenho convicção de que o Andre não fez *lobby* para a Labogen. Se tivesse feito, não contaria com a minha defesa. Tenho convicção de que o Andre não fez *lobby* para esse laboratório e tenho convicção de que se tem alguma discussão de decoro para se debater é a discussão do avião. Em relação a ser amigo de um doleiro, eu, por exemplo, não sabia que o Sr. Alberto Youssef era doleiro. Eu o tinha na conta de um empresário que teve problema no passado. Nem sabia que problema no passado ele teve, mas nós, que somos Deputados, somos abordados e conversamos com diversas pessoas. Então, não vejo nenhum problema as pessoas se encontrarem para conversar, bater papo. Eu vejo problema em cometer crime. *Lobby* feito por Deputado no Brasil é crime. Então, eu o defendi porque eu não costumo, Deputado, jogar para a plateia ou fazer coisas para aparecer na mídia. Eu sou bastante rigoroso nas minhas posições políticas, e não foi o primeiro que eu defendi aqui nesta Casa. Lembro-me de uma certa vez ter sido atacado um Deputado — eu discordo da visão dele — quando ele disse que queria que o povo... Ele quis dizer outra coisa, não quis dizer isso. Disse que ele estava pouco se lixando para a opinião pública. Eu falei: “*Ele, como Deputado, tem o direito de dizer isso.*” E falei na tribuna, falei na tribuna. Não o conhecia, não sei quem é, não tinha relação pessoal, mas eu defendo o Estado Democrático de Direito e a democracia com defesa, acusação e decisão. E acho que o cidadão tem que ter o direito de defesa. No caso do Andre, que eu conheço, eu o defendi. Se o PT tomou a posição de pedir o mandato dele, se o PT fez pressão para ele sair do PT, isso quem tem que responder é a Executiva do PT. Eu sou membro da Executiva Estadual do PT, e a Executiva Estadual do PT, da qual sou membro, não pediu. Se tivessem debatido na Executiva Estadual, eu colocaria a minha posição.



**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - V.Exa. há de convir comigo que V.Exa. é uma grande liderança do PT, uma grande liderança.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Sou, com muita honra. Sem orgulho, mas com muita honra.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - A última pergunta que eu faço. E ao ser liderança, esse assunto, em algum momento da direção nacional — da direção estadual não é o caso, porque V.Exa. é de São Paulo e ele é do Paraná, mas tem essa influência —, não foi colocado na bancada nem foi solicitado, e essa defesa não teria sido feita para poder pedir o mandato do Deputado Andre Vargas, demonstrando claramente — é uma análise que V.Exa. está fazendo — que alguém quer aparecer? Vocês estão querendo esconder o Andre Vargas do PT nesse período porque isso acontece neste ano? E tem a sua defesa, apesar da liderança incontestada que tem dentro do Partido dos Trabalhadores?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Relator Júlio Delgado, eu participei da fundação do PT, ocupei vários cargos na direção do PT, fui Secretário-Geral Nacional do PT, fui 1º Vice-Presidente do PT, fui Líder do PT quando fui Deputado Estadual, fui Líder do PT quando fui Deputado Federal, fui Líder do Governo Lula e fui Líder do Governo Dilma, com muita honra. E, quando V.Exa. diz que eu sou uma grande liderança do PT, qualquer um se sente honrado. Agora, a decisão que a Executiva Nacional do PT toma é decisão da Executiva Nacional do PT. Eu posso influenciar ou não. Se V.Exa. quiser saber da discussão interna, V.Exa. pode entrar no PT, fazer trabalho e saber da discussão interna. Eu não vou falar da discussão interna para V.Exa. Se V.Exa. quiser me investigar, V.Exa. formula uma denúncia contra mim, eu virei, humildemente aqui neste colégio, me defender. Se V.Exa. quiser fazer um ato político para a imprensa, porque nós estamos perto da eleição, assumo. É bom para o debate eleitoral a gente discutir que o PT está fazendo tramoia, fazendo isso... Eu conheço todas as reuniões internas do PT e posso dizer para V.Exa., com muita honra: não tem segredo, para mim, dentro do PT. Tenho certeza absoluta de que a decisão tomada pelo PT e as pressões que foram feitas em relação ao Andre Vargas foram decisões da Executiva do PT, do Presidente Nacional do PT, usando das suas atribuições. E eu, como Parlamentar e como Líder do meu partido e como pessoa histórica do partido, tenho



posição de opinião. V.Exa. conhece várias aqui na Casa que eu divergi inclusive do PT publicamente. O compromisso que eu tenho com o PT é o seguinte: eu vou votar em todas as questões que o PT orientar, mas como eu defendo o Estado Democrático de Direito e defendo a democracia, o debate político é bom para oxigenar a sociedade, que as Lideranças dos Deputados emitam a sua opinião. Eu emiti a minha opinião sobre o Andre Vargas. Eu tenho consciência de que ele não fez *lobby* em relação ao Labogen. Se tivesse feito, Deputado, eu o estaria acusando mais do que V.Exa., pode ter certeza — se eu soubesse que ele tinha feito.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Só estou perguntando o que V.Exa. acha da posição do PT.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Mas V.Exa. quer o quê? Que eu venha debater a posição do PT aqui na Mesa? Falar sobre o Andre Vargas?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não, é a sua opinião. A sua opinião, a sua opinião a respeito disso. Não é a opinião... A sua opinião.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu acompanho o PT em todas as opiniões do PT. E emito a minha opinião.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FERRO** - Eu queria fazer só um questionamento ao Sr. Relator, uma explicação.

Sr. Relator Júlio Delgado, nós estamos aqui para ouvir o Deputado Cândido Vaccarezza sobre um assunto que é objeto de análise deste Conselho. V.Exa. agora direcionar sobre o que é que o PT pensa programaticamente ou que posição o partido tem me parece que é algo que escapa das nossas preocupações centrais. Quero até lhe adiantar que eu, como Deputado Federal do PT, reclamei inclusive na minha bancada sobre a falta de debate do próprio Andre Vargas com a bancada do PT, sobre a falta de trazer esclarecimentos para a própria bancada. Então, eu acho que isso é desnecessário. Esse tipo de insinuação não tem o objetivo da investigação. Isso me parece muito mais luta política. E aí não é o caminho deste Conselho de Ética.

Querer colocar o PT como um todo nessa discussão, com esse viés, me parece que vai desqualificando o questionamento de V.Exa. O Partido dos Trabalhadores não está aqui em análise, pelo caso do Deputado Andre Vargas, até



porque tomou iniciativas em relação a esse assunto, iniciativas com que se possa discordar ou não, mas tomou iniciativas políticas em relação a isso.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Nobre Deputado Ferro, pelo qual tenho enorme respeito, quero dizer a V.Exa. que todas as perguntas que eu fiz foram em relação à posição do PT com o Deputado Andre Vargas. Eu não quero saber quais são as linhas programáticas do PT, não. Eu estou perguntando com relação à posição do PT com o Deputado Andre Vargas, que é o representado.

E, de certa forma, a gente observa que há uma preocupação grande de o PT excluí-lo. E o Deputado Cândido Vaccarezza aqui afirma que é amigo pessoal dele, agora falou que acompanha a decisão do PT, que veio como uma testemunha arrolada pela relatoria para poder dizer isso. O Deputado Andre Vargas cometeu os atos, estava atuando, era Vice-Presidente, indicado pelo PT da Câmara, renunciou à Vice-Presidência, saiu do PT, e o PT continua o defendendo.

Eu não estou falando com relação ao Deputado Vaccarezza, nem programático, não. É com o PT com relação ao Deputado Andre Vargas. Ou ele não era do PT até então? Ele não é hoje. Eu não estou aqui querendo saber linha programática nenhuma do PT. Eu não tenho aqui nenhuma discussão, e acabei de dizer: o Deputado Vaccarezza é de São Paulo. Ele não pode agir na decisão do PT do Paraná, decisão essa que o PT do Paraná não o tirou. Quem o tirou, foi a nacional. E eu perguntei qual era a posição dele com relação à decisão do Deputado Andre Vargas, de excluí-lo disso neste momento e por quê. Só foi a pergunta.

Então, não vejo nenhuma discussão da linha programática, ou de querer discutir posicionamento do PT em outros assuntos que não sejam referentes ao representado, Deputado Andre Vargas. É isso.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu quero convidar V.Exa. para nós dois, depois do julgamento no Conselho de Ética, defendermos no PT a refiliação do Deputado Andre Vargas.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Eu acho que eu tinha algumas perguntas formuladas sobre o fato de o Deputado dar a relação com o representado; se conhecia o Youssef; sobre a presença ou não do Sr. Paulo com Andre Vargas e Youssef na casa dele. E acho que aqui ele já respondeu a todas essas perguntas.

Eu, como Relator, estou satisfeito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o advogado Dr. Batochio.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Eminente Presidente, douto Relator, a defesa não tem condições técnicas de formular perguntas, exatamente porque não conhece os documentos que contêm a acusação contra o Deputado Andre Vargas, e não lhe foi dado o necessário tempo para examinar o conteúdo dessas acusações.

O eminente depoente, o Deputado Cândido Vaccarezza, ao responder a uma das indagações do douto Relator, disse: "*Olha, consta do processo: Eu estou aqui no sexto andar.*" E o apartamento dele, do depoente, não fica no sexto andar. A defesa não sabe o que é isso. A defesa não leu onde consta esta passagem referida pela testemunha.

Então, fica demonstrado claramente, fica demonstrado de maneira vítria, incontestável, que a defesa, por não conhecer a acusação, não tem como fazer perguntas. Eu gostaria muito de saber onde é que está essa anotação. "*Olha, venha que eu estou aqui no sexto andar*", sendo que a testemunha não mora no sexto andar. Agora, se a imprensa reproduziu é porque consta dos autos. Eu não acredito que isso seja uma invenção da imprensa.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eminente... Eu não tenho... Só um aparte. Eu não afirmei que isso está nos autos porque eu não tenho conhecimento disso. Eu li na imprensa. Eu não sei de nada.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Se está na imprensa...

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu nem sei se tem citação...

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Eu não acredito que a imprensa possa ter inventado isso. A imprensa tirou de algum lugar.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - O que eu sei é que essa é a única citação que tem relação com meu nome. Eu nem sei se fala sexto. Eu li em um jornal que tem sexto. Nenhum outro diz sexto, diz só...

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Nobre Deputado Vaccarezza, eu não quero polemizar com V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não. É que eu não quero dar critério de verdade para uma coisa que eu não tenho nenhuma consciência.



**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Não, mas eu estou apenas demonstrando a impossibilidade técnica de se fazer perguntas a este depoente, porque a defesa não conhece os detalhes que constam desse documento que chegou aqui na Casa agora mesmo!

Portanto, a defesa vê-se manietada, algemada e não tem condições de fazer nenhuma pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado José Carlos Araújo, V.Exa. está inscrito aqui.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deus há de me ajudar para que eu nunca tenha que sentar nesse lugar, Deputado Vaccarezza, não como testemunha, mas como acusado.

Mas se um dia, um dia — Deus me livre e guarde — eu tiver que sentar, eu já tenho o advogado certo, pode ter certeza disso. O nobre advogado sabe que nenhuma pergunta feita a V.Exa. foi diferente do que consta no processo, que está guardado no cofre Conselho de Ética, creio eu.

Nenhuma pergunta foi feita, nem vai ser feita porque ninguém conhece, nem nós, nem o Deputado Vaccarezza, nem o Presidente e nem a defesa. Aliás, a defesa até deve ter conhecimento, porque, como advogado, pode ter visto lá no Supremo. Como advogado ele pode ter visto, pode estar até em melhor condição do que nós. V.Exa., como advogado, pode ter vista do processo lá no Supremo.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Eu não fui constituído para atuar no Supremo, por enquanto, nobre Deputado.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Só por isso, V.Exa. pode não ter visto o processo.

Mas, na verdade, a defesa se pautou por não querer que realmente o Deputado Vaccarezza...

Mas o Deputado Vaccarezza foi muito hábil. Deputado, V.Exa. veio aqui para falar a verdade. É claro, é evidente que V.Exa. falou o que sabe.

V.Exa. tem alguma coisa, Deputado Vaccarezza, que possa contribuir, ou que não tenha sido dita, ou que não esteja em lugar nenhum? V.Exa. tem conhecimento de alguma coisa que possa contribuir para o bom andamento desse processo, que possa servir como base para o Relator?



V.Exa., se tiver conhecimento de alguma coisa, por favor, coloque aí para nós.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Deputado José Carlos Araújo, como nunca, em minha história política, falei nada que alguém disse que eu não tivesse dito a verdade, quero só precisar que eu me referi aqui que havia uma citação à minha pessoa, que falava de sexto andar, que eu moro no quinto. Eu não li isso em lugar nenhum.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quem mora no sexto, Deputado?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não sei.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Quem é seu vizinho?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - No meu prédio, o meu vizinho eu acho que é o... Porque meu prédio... Eu sou vizinho do Andre Vargas. Eu moro no mesmo prédio do Andre Vargas. No sexto andar do meu prédio eu acho que mora o Deputado Lúcio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Lúcio?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Lúcio, Lúcio, mas não tem nada a ver com o Lúcio.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Lucio Vieira Lima?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - É, mas não...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Entendi.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Agora, tem dois sextos. Eu não sei quem mora no outro sexto. Não sei, não sei, mas V.Exa., como...

São dois. São dois apartamentos... São quatro por prédio. Então, tem sexto, tem quarto...

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - É, e V.Exa.... Eu moro no outro bloco, junto a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu não sabia que V.Exa. mora lá. Então, eu não sei quem mora. Mas o que eu quero dizer para V.Exa. é o seguinte: em relação ao que nós discutimos aqui, eu não tenho nada a acrescentar, a não ser que não seja asseverado como informação minha essa fala que eu li na



imprensa, dizendo que havia uma citação do meu nome, porque eu não tenho nenhuma certeza se há essa citação nos autos.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - V.Exa. tem conhecimento, já ouviu falar se nesse processo, que está em segredo de Justiça, V.Exa. tenha sido citado alguma vez, alguma coisa?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Então, nada do que está aí pode servir nem para a acusação nem para a defesa.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Eu acredito nisso. Então, eu acho que V.Exa. já esclareceu tudo que tinha que esclarecer ao Relator. Acho que não vai ser necessário... *(Pausa.)*

Bom, eu não tenho nenhuma pergunta, Deputado, Presidente. Eu apenas procurei saber do nobre Deputado se ele tinha algum relacionamento com o Deputado Andre Vargas, que já não é mais do partido dele. Na carta consta que ele saiu. Gostaria de saber se V.Exa. tem algum fato que pudesse esclarecer alguma outra coisa desse processo, algum fato, algum encontro com Andre Vargas ou com outras pessoas, do qual V.Exa. tenha participado ou que tenha conhecimento, para que possa trazer à luz nesse processo.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Não. Então, eu me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu apenas esperava que tivéssemos aqui um conhecimento maior do que aconteceu com a decisão do pedido de afastamento do Deputado Andre Vargas da Vice-Presidência e, logo em seguida também, a sua saída do Partido dos Trabalhadores.

Quer dizer, deve ter acontecido alguma coisa muito grave para isso acontecer. E, aí, eu esperava que tivéssemos alguma resposta quanto a isso. Nós já identificamos, por exemplo, que a Labogen é uma empresa fantasma e fez remessas de importação e exportação de milhões e milhões. Foram mais de 3 mil operações de importação e exportação fictícias, e, evidentemente, voltadas à área



de medicamentos. E ficou muito claro. É evidente que o Deputado Andre falou, depois disse, desdisse, com relação não só ao avião, mas com relação também à sua interferência no Ministério da Saúde. A mídia chegou, inclusive, a divulgar as conversas telefônicas que a Polícia Federal detectou, provavelmente com a autorização da Justiça. E claramente há o diálogo entre Youssef e o Deputado Andre Vargas, não só relacionado com a viagem, mas também com relação aos negócios do Ministério da Saúde, onde inclusive nós tivemos reuniões. O Gadelha se comprometeu, está tudo certo, vai resolver o problema. E depois percebemos a negativa de que não conhecia, de que não assinou o contrato. Depois aparece o próprio Ministro junto com o sócio da Labogen assinando o termo no Ministério da Saúde, inclusive em cerimônia.

Então, talvez o que o Relator quis indagar sobre a questão de V.Exa. é se V.Exa., como militante e Líder do PT — e foi Líder inclusive aqui na Câmara —, nessa discussão de saída do Andre do PT... Ninguém sai de graça assim de um partido, ainda mais sair nas condições que ele saiu. Primeiro, ele saiu da Vice-Presidência da Câmara, o que é muito grave para todos nós, porque a saída de um Vice-Presidente acaba interferindo na imagem da Câmara, e, depois, saiu do partido. E houve ameaças. A mídia divulgou muita coisa relacionada a isso.

Então, para ele ter se afastado do PT, deve ter tido realmente alguma confirmação. É isso que nós queríamos saber, se dentro do PT houve essa discussão com relação a esse fato da Labogen e também com relação à viagem.

Essa é a minha primeira pergunta.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** – Se V.Exa. perguntou também, eu considero que esse é um ponto importante. Então vou ser muito preciso.

Primeiro, sobre a discussão da Labogen no Ministério, não houve nenhuma interferência política de ninguém do PT. Isso eu posso afirmar, porque eu tenho conhecimento, como disse, que, no PT, dificilmente terá um segredo e, se tiver segredo, terá um que eu não saiba. Segundo, se alguém da Labogen assinou contrato no Ministério e teve ato público, é ato público que o conselho pode investigar e chamar alguém de lá. Mas, de Deputado, eu perguntei isso claramente ao Andre, e ele me disse que nunca fez *lobby* para a Labogen. Eu nem sabia. Nunca tinha ouvido nem o nome. Em relação à saída dele do PT, nós estamos num



processo eleitoral, e as pessoas têm diversas posições. Às vezes, um que tem que tratar da ética o faz com vezo eleitoral. Às vezes, outros são extremamente quadrados, cartesianos, eu diria, em relação ao estado democrático de direito. Eu me posiciono desta forma, eu acho que pode ter a eleição que for, se eu achar que o cidadão tem o direito de defesa, eu vou falar. Pode ser a eleição que for, independente da minha posição. O Andre pediu para sair. Não vou dizer como eu agiria se fosse eu, mas vou dizer para V.Exa. que o PT não fez a Comissão de Ética com relação a ele, não o tirou do PT. Agora, que houve pressão, a imprensa divulgou. Foi o Andre que pediu a desfiliação. E eu o defendi política e publicamente. O afastamento dele da Vice-Presidência foi um ato político dele que achava que, com aquela situação, deveria se afastar. Não disse para V.Exa. que eu concordei. Se V.Exa. perguntar: *“E a sua posição?”* Discordo. Eu acho que ele poderia se afastar, ser julgado, o Conselho de Ética da Casa tomar uma posição, e depois nós decidirmos. Eu acho muito ruim, no século XXI, nós vivermos situações, na justiça, semelhantes à época do oeste dos Estados Unidos, na época daquela corrida do desenvolvimento e da expansão americana. Quando sumia um gado, alguém escolhia: *“Fulano! Aquele é o ladrão do gado! Então vamos enforcá-lo!”* E o enforcavam, enforcavam! Nós estamos nos domesticando, para usar um termo firme. E quanto mais nós defendermos a democracia, a transparência, a liberdade de imprensa, o direito de defesa, melhor construiremos esta nova humanidade, porque nós não podemos caminhar para o direito natural, senão viraremos bicho. Então, como você expulsa um cidadão de um partido sem lhe dar direito de defesa? Eu defendi recentemente o direito de defesa de um cidadão que foi acusado em São Paulo. Não tenho nada com ele, não sou amigo dele, não tenho relação. Para mim, é questão de princípio. E, com relação a Andre, sendo meu amigo, é claro que tem envolvimento pessoal também. Mas não prevaleceu...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Exa. disse que Andre não interferiu politicamente no Ministério? Parece que V.Exa. afirmou isso.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu afirmei que ninguém do PT interferiu.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Andre era do PT.



**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Andre é do PT também. Ele disse para mim que não interferiu.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Mas tem o diálogo dele, que é o diálogo oficial.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Com quem?

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - *“A reunião com o Gadelha foi boa demais.”* Depois diz: *“Garantiu que vai nos ajudar”*. Houve a interferência dele.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Aí V.Exa. discute com Andre.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Não, V.Exa. está afirmando que não teve.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Para mim, não houve. Mas aí é um debate político de nós dois, e não um depoimento meu sobre informação. Isso aí saiu na imprensa. Eu tomei conhecimento. Não acho que ele interferiu. Agora, é uma visão política minha. É uma visão política minha. Eu o defendi e não me arrependo. Não me arrependo. Um dos motivos que eu achei inadequado, uma das datas oferecidas... Eu viria. Não vim porque tinha outra agenda. Tinham oferecido para mim um dia em que a Câmara estava totalmente vazia, não tinha nada. Era para nós criarmos fatos políticos para a imprensa. Eu acho que a discussão da ética... Nós temos que nos pautar pela ética e não pelo fato político para a imprensa.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É porque, na prática, o grande problema que eu vejo nessa história do nosso colega, Deputado Andre Vargas, é que ele diz uma coisa e depois desmente. Ele disse, por exemplo, que não esteve com Gadelha. Aí, tem relação com Gadelha. É isso.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não!

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Ele disse aqui: *“Andre Vargas negou que tivesse contato com o Gadelha”*.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Mas isso aí, Deputado, se V.Exa. ler, não tem nada a ver com Gadelha. Isso aí é um falando com outro, dizendo que a reunião com Gadelha foi boa. E se Andre disse... Eu nem sei se foi Andre ou quem foi, mas isso não prova que houve a reunião Gadelha e Andre, prova que tem discussão sobre isto — troca de mensagem —, e não que teve a reunião Gadelha e Andre. São duas coisas diferentes. Todas as audiências no Ministério da Saúde são registradas. Quando Cândido Vaccarezza entra lá: *“Entrou para falar com fulano de tal”*. É só pedir a relação das audiências que houve.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - É, vamos ter acesso ao processo completo. Mas, com relação a V.Exa., acho que o Relator já fez a pergunta. É porque, em determinado momento, disseram que realmente houve reunião de Youssef com V.Exa. Aí, V.Exa. já disse que não houve.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - *(Falha na gravação.)* Globo, em todos os jornais, mandei carta, e ninguém desmentiu o meu desmentido, nem os jornalistas que publicaram.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - V.Exa., então, nunca se encontrou com Youssef?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não disse isso para V.Exa. Eu disse que conhecia...

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Por isso que eu estou perguntando.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu disse aqui: conheço há muito tempo! Como é que eu conheço uma pessoa com quem nunca encontrei? O que eu disse foi que nunca fiz reunião para tratar de Labogen ou de assunto técnico e político com o Sr. Youssef. Eu jamais diria uma coisa e diria outra depois.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Sr. Presidente, eu achei que a gente sairia daqui pelo menos com a posição do Partido dos Trabalhadores, mas parece que não houve nenhuma discussão partidária. Foi iniciativa de Andre afastar-se simplesmente. A gente vai ter que avaliar um pouco mais a documentação para ver. Mas me considero satisfeito com as respostas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Fernando Ferro já usou a palavra naquela hora.

Deputado Sibá Machado.

**O SR. DEPUTADO SIBÁ MACHADO** - Sr. Presidente, eu acredito que a nossa reunião precisava ouvir do Deputado Cândido Vaccarezza apenas o que já foi dito: se este Conselho sabe que o fato que gerou esta representação foi a viagem naquele avião. Este assunto é público e notório e é sobre ele que devemos buscar mais informações.

Quanto à segunda parte, a vinda do Deputado, se ele sabia de mais alguma coisa, para deixar claro... E foi bom saber do Deputado Cândido Vaccarezza que, ao



aceitar vir aqui como testemunha de um fato, já pela razão de que considera a índole do Deputado sobre isso uma garantia para este Conselho de Ética...

Então, quanto a este assunto, se não há novidade, eu também já me dou por satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Mandetta.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Sr. Presidente, caro Deputado Cândido Vaccarezza, Relator, nobres pares, eu tenho procurado estar presente, na maior parte das vezes quando acionado pela Presidência para este Conselho. Não estive na anterior, mas, na semana que vem, estarei aqui para acompanhar passo a passo os depoimentos.

Eu escutei, Deputado Cândido, várias vezes V.Exa. enfaticamente falar de transparência, da conduta pública e democrática das instituições. Neste caso, houve claramente um êxito nos interesses de Alberto Youssef em relação ao Ministério da Saúde. Fato é que isso foi coroado com a assinatura de convênio de mais de 30 milhões com parceria do Laboratório da Marinha, com a assinatura do Sr. Gadelha, que coordena insumos estratégicos, com a assinatura do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, como testemunha. E isso não ocorreu sem a participação política daqueles que apresentaram, sugeriram, pediram, usaram das suas influências para que esse contrato fosse assinado, e foi assinado. Parece-me que, somente após terem tornado pública a questão da operação, o contrato foi declarado sob suspeição e foi revogado. Mas ele foi assinado.

E me parece que, na Operação Lava-Jato, em que se observava lavagem de dinheiro, remessa de dinheiro para o exterior, que o foco da investigação era isso, era a PETROBRAS, eram os fornecedores. Eles, na sua função de doleiros, acharam como apêndice dessa operação um fato agregado que era, além dessa questão de ser doleiro, também tentar fazer uma solução mais permanente para suas atividades comerciais através do Labogen.

Ficou muito clara uma proximidade entre Andre Vargas e Alberto Youssef, proximidade exemplificada, entre outras coisas, na história do avião e em diálogos que nós recebemos fragmentados. E, num desses diálogos, ele colocava esta questão: *“Já falei com Gadelha. A reunião foi boa”*. Aí, eu vi V.Exa. dizer: *“Não, isso quer dizer que ele falou que a reunião foi boa. Mas pode ser que não tenha havido*



*uma reunião de fato*". Quer dizer, então, nesse caso, seria Andre Vargas dando um dribble em Alberto Youssef ao dizer que estava fazendo *lobby* sem que esse *lobby* efetivamente tivesse existido. Se eu entendi, era: *"faz de conta que eu estou fazendo lobby e deixa a coisa andar"*.

Depois tem um fato em que dizem: *"Tem uma reunião. É para vir para cá. Estou na casa do Vaccarezza"*. V.Exa. mora no mesmo prédio, mas não naquele número que foi dado. Quer dizer, pode ser que tenha havido a reunião. Mas a reunião efetivamente não houve, segundo V.Exa. colocou. Então, só para que a gente tenha bem claro para o Relator: não houve esse encontro, especificamente, entre o Deputado Andre Vargas, Alberto Youssef e V.Exa. no seu apartamento, ou em outro apartamento em que V.Exa. estivesse, para tratar desse assunto? Essa seria a primeira pergunta.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu vou responder. V.Exa. quer que eu espere por todas as perguntas ou eu respondo a esta?

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Basicamente, estamos no final. Então, a primeira pergunta é: não houve, como V.Exa. disse, naquele sexto andar — no sexto, como eles dizem —, mas houve em algum outro apartamento do mesmo prédio, ou em algum outro local, uma reunião específica com Alberto Youssef, Andre Vargas e V.Exa.? Deixo claro que o que estou perguntando é se houve esse *lobby* para que o tal contrato com a Labogen tivesse sido concluído.

E o segundo questionamento foi que o então Ministro Alexandre Padilha, responsável pelo Ministério da Saúde, logo no início dessa Operação, se adiantou a dizer que não admitia que Andre Vargas o arrolasse, não colocasse seu nome dentro dessa negociação com a Labogen, embora ele fosse o responsável pela parte.

O Ministro Alexandre Padilha, à época, assinou como testemunha esse convênio, que seria de cooperação, é uma... Eu precisaria ler para saber o termo correto. Em algum momento, o Ministro Alexandre Padilha citou ou falou publicamente, como Ministro fala, sobre esse convênio ou contrato com a Labogen, já que a cerimônia foi pública? Isso chegou ao Deputado Cândido Vaccarezza como celebração de mais uma conquista do Governo, como mais um passo do Governo do PT rumo à saúde pública, rumo ao que tem sido feito na saúde pública neste



Governo? Foi comemorado como conquista, como ponto positivo a assinatura desse contrato com a Labogen?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Deputado Mandetta, eu vou responder às três questões que colocou, e V.Exa. vai ter oportunidade de perguntar ao Ministro Padilha ou para qualquer um. Eu e o Ministro Padilha somos muito amigos. Nós nos conhecemos de muitos anos. O Ministro Padilha e eu, em nenhum momento... E veja que eu estou dizendo peremptoriamente: eu nunca pronunciei “Labogen” ao Ministro Padilha antes de esse fato ser divulgado! E não tenho medo de dizer isso. Eu tinha preocupação em atender ou não, já que tinha o direito de vir ou não — mesmo porque aqui estamos todos no mesmo plano —, porque sei da maldade, da malícia de alguns dos nossos, infelizmente, aproveitarem os momentos eleitorais para desgastar, desmoralizar as pessoas. Mesmo assim eu disse: “*Eu vou ao Conselho de Ética*”. V.Exa. sabe que eu sou pré-candidato a Deputado Federal e que a notícia que sai, muitas vezes, não é o que acontece aqui. Então, quero afirmar peremptoriamente, principalmente para os maliciosos: eu nunca pronunciei esse nome junto ao Ministro Padilha antes de os fatos terem acontecido; nunca houve reunião na minha casa — esta é a quinta vez que eu estou respondendo aqui, e não estou dizendo que V.Exa. está passando dos limites —, para tratar desse assunto. Na outra casa eu não sei, porque eu não... Eu estou falando de coisas peremptórias. Como eu posso falar do que aconteceu no apartamento do lado, ou vizinho, se eu não estive lá? Eu nunca estive nessa reunião. Estou falando de mim e de Andre Vargas. Com Andre Vargas nunca tratei desse assunto antes, e com Padilha nunca tratei também desse assunto antes. Portanto, aquele cenário ou aquele processo que V.Exa. construiu de que teve uma coisa importante, se o PT comemorou a assinatura do convênio... Eu acho que são assinados milhares de convênios naquele Ministério, e ninguém fica sabendo. Esse foi mais um. Se houve problema, como parece que há problema real com a Labogen, nós Parlamentares temos caminhos na Casa: a Comissão de Fiscalização e Controle, onde podemos representar e investigar; uma CPI em curso, a CPI da PETROBRAS — se fizer nexos, podemos requerer junto a ela; fazer outra CPI específica para o assunto; fazer investigação direta, requerimento de informação de cada Deputado. Agora, não vou ser eu, Deputado Federal do PT, que vou responder se o Ministério estava certo ou não. Se



for acusação política, vou defender politicamente. Mas esse roteiro que V.Exa. construiu, se tiver razão, V.Exa. tem como investigar. Eu não tenho como responder. O que eu tenho como responder são duas coisas claras. Primeiro, nunca tratei desse assunto com o Ministro Padilha. Não sabia que esse assunto estava tramitando no Ministério da Saúde. Daí é que crio minha convicção para defender Andre. Nós somos amigos, vizinhos, saímos para tomar vinho, para bater papo, fazer brincadeiras, estar juntos. Eu o apoiei internamente no PT para ser nosso Vice na Casa. Então, sou amigo dele de muito tempo. Se ele tivesse uma coisa assim tão importante, como uma das frases que tem de que vai resolver a vida... O cara nem tocou nesse assunto comigo! Pode ser! Agora, se isso é verdade ou não, cabe à investigação do Supremo Tribunal Federal, não minha. Outro Deputado que queira pode investigar, mas não serei eu. Eu não sei. A outra coisa é sobre a dita reunião na minha casa. Nunca houve. Agora, se houve em outro apartamento... Que eu saiba, não. Mas pode ter acontecido. Não cabe a mim responder, porque eu nunca fui. Naquele prédio inteirinho, eu só visitei uns dois ou três apartamentos: o de Andre várias vezes, como ele veio ao meu várias vezes, e em mais um ou dois. Nunca fui a nenhum apartamento no sexto andar na minha vida, acho que em nenhum desses prédios de Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Mandetta, encerrou?

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Encerrei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Rosane Ferreira.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Deputado Cândido Vaccarezza, eu tinha algumas perguntas listadas, mas elas foram feitas pelo Deputado Júlio Delgado, e eu me sinto absolutamente contemplada com as respostas dadas a S.Exa. Mas eu tenho uma única pergunta a ser direcionada de acordo com a sua primeira fala.

Quando iniciou a sua fala neste Conselho, V.Exa. disse: *“O Deputado Andre Vargas cometeu erro gravíssimo ao aceitar o favorecimento de deslocar-se da cidade de Londrina a Fortaleza num jato particular pago pelo Sr. Alberto Youssef”*. Eu lhe pergunto, e é muito pontual: esse erro gravíssimo é uma falta — no seu entendimento, óbvio — gravíssima ao nosso Código de Ética?



**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Quem usou o termo imprudência — e toda imprudência é gravíssima — foi o próprio Deputado Andre Vargas. No seu discurso na Câmara, ele disse o seguinte: *“Eu cometi uma grande imprudência, que foi aceitar viajar num jato pago por uma pessoa. Eu queria pagar o combustível, e não tive condições de pagar”*. Segundo, a quem cabe avaliar uma punição? Ao Conselho de Ética. Eu seria imprudente se eu chegasse para V. Exa. e dissesse: *“Deputada Rosane, eu acho que isso merece uma suspensão de 90 dias, isso merece uma advertência, isso merece uma cassação de mandato”*. O que eu disse é que o que o Andre assume como réu confesso e sobre o que o Conselho — no meu ponto de vista, mas é um ponto de vista político que eu poderia até evitar, porque testemunha deve falar pouco — não está se debruçando é o problema do avião. Do avião, ele diz: *“Eu ia pagar, não paguei, não consegui, não tive meios”*. E, em relação ao assunto Labogen, ele diz: *“Não fiz lobby”*. Se teve crime do Alberto Youssef, é claro que teve crime do Alberto Youssef. Teve evasão de divisas e está sendo... É claro não, está sendo investigado. Provavelmente teve, e a Justiça está investigando. Agora, este não é o crime do Andre, esta não é a falta do Andre. O Andre teve uma falta, ele confessou, e ele disse que não teve *lobby* nenhum. Agora, digamos que ele tivesse feito *lobby*, que ele não fez — se tivesse, ele diria, eu acho que diria para mim. Aí, ele estaria traindo um amigo se não dissesse. Porque eu gostaria que ele me dissesse: *“Vaccarezza, fiz. Para de me defender, senão você vai se desgastar. Pense na sua campanha, Vaccarezza”*. Ele disse: *“Não fiz”*. Agora, digamos que ele tivesse feito. Ele também deveria ser julgado pelo crime dele de ter feito um “lobbyzinho” aqui ou um “lobbyzão” — um lobby grande ou pequeno —, e não pelos crimes que a Labogen cometeu, que Alberto Youssef cometeu, que Fulano cometeu, que outro cometeu. A injustiça que está sendo feita com o Andre aqui é que se está misturando o que ele assume que é um erro dele — vamos chamar de crime, que é muito, mas vamos chamar de crime —: o uso do avião, o *lobby* que alguns acusam que ele fez, com os crimes que a Labogen eventualmente tenha cometido, e com outros crimes que eventualmente o Alberto Youssef tenha cometido. Eu não gostaria disso para mim, Deputada, eu não gostaria de ter isso aqui. Principalmente, a senhora sabe, num período de eleição, como é ruim, como é grave quando há alguma acusação desta, como é grave. A senhora imagine como



fica um cidadão numa situação dessa. Eu não gostaria que isso acontecesse comigo, principalmente num período de eleição, porque é duro. Agora, isso fica a critério do Conselho de Ética, não a meu. Se eu fizesse parte do Conselho de Ética, eu estaria fazendo esse debate, mas eu não faço, vou fazer no plenário da Câmara.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Muito bem, Deputado Cândido Vaccarezza, o senhor sabe que, quando diz que isso é muito ruim para o Deputado Andre Vargas, o senhor também tem a consciência de que isso é muito ruim para todos nós, é muito ruim para a Casa.

Eu entendo que a maior missão nossa, neste momento, é a de esclarecer os fatos em nome desta Casa. Cumprir o Código de Ética é o mínimo que podemos fazer quando nos dispomos a representar a nossa sociedade, sem nenhuma demagogia no que falo.

Quando eu insisto em lhe perguntar, é porque o senhor foi muito categórico, mesmo agora na sua resposta, dizendo que se embasou no próprio depoimento do Deputado Andre Vargas, mas o senhor foi muito enfático nas palavras “erro gravíssimo”: cometeu um “erro gravíssimo” quando aceitou o favorecimento.

E a minha pergunta não era como uma pessoa que fosse membro do Conselho de Ética, porque eu sei qual é o nosso papel, e nós não vamos nos esquivar de cumpri-lo em momento algum. Mas esse “erro gravíssimo” colocado por V. Exa., referindo-se ao próprio depoimento do Deputado Andre Vargas, pode ser caracterizado como uma falta gravíssima ao Código de Ética desta Casa. E isso eu lhe pergunto não como...

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Deputada Rosane...

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Só para concluir. Isso eu lhe pergunto não como membro do Conselho de Ética, mas como uma Parlamentar eleita. Como Parlamentares eleitos, nós devemos conhecer o Código de Ética.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Deputada Rosane, eu costumo fazer uma diferença entre a linguagem escrita e a linguagem falada.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Certo, o.k.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Se eu estivesse lendo um discurso, como o Andre Vargas leu...

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - Certo.



**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - E ele diz que não tem nenhuma desdita, e eu acho também que não tem nenhum disse me disse, nenhum eu disse, não digo mais. Às vezes, na linguagem falada, nós exageramos termos para melhor nos fazer entender. Fazemos gestos que na linguagem escrita não cabem, é uma linguagem precisa. Não precisa no sentido da necessidade, mas precisa no sentido da precisão. Quero aproveitar, inclusive, para pedir desculpas ao Deputado Júlio Delgado se eventualmente fiz alguma brincadeira fora de hora, porque este aqui é um momento de tensão. Quando me referi ao “erro gravíssimo”, eu quis enfatizar qual seria, a meu ver, a prioridade do erro do Andre, que é o que ele assumiu, ele é réu confesso. Segundo, falei também para V.Exa. que ele disse para mim que não fez *lobby*. Se ele dissesse... E disse mais: “*Estaria me traindo*” — olha que palavra forte —, *porque não me disse*”. Porque ele também podia se proteger e não dizer para um amigo: “*Eu fiz*”. Digamos que ele tivesse feito *lobby*. Não mistura o *lobby* o erro de usar o avião, a amizade com o doleiro com os crimes cometidos e que estão sendo investigados. Imaginem que muitas pessoas que têm contato com os filhos do Andre acham que ele foi quem fez a evasão de divisas, foi quem mandou o dinheiro. Imaginem uma criança enfrentando uma situação dessa, porque houve muita divulgação, e não teve divulgação do crime, de quem cometeu o crime. Houve divulgação do crime junto com o nome do Andre. Eu sou amigo dele, eu fico sentido com isso. Então, eu tenho sentimento. Nós temos uma relação. Isso é uma coisa muito ruim para a pessoa. A gente não pode, com o poder que a gente tem, alimentar esse tipo de conduta. Vamos separar: ele cometeu crime? Vamos punir. Vamos investigar qual é o crime e vamos punir.

**A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA** - O.k. Eu me sinto contemplada, e as perguntas em relação ao Labogen nós faremos para uma outra pessoa que, com certeza, terá que responder a esses questionamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Fábio Trad.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD** - Sr. Presidente, são duas perguntas muito sintéticas. Eu espero que o depoente, o Deputado Federal Cândido Vaccarezza, se possível, responda também da mesma forma: alguma vez o depoente presenciou o representado conversar ou manter contato com Alberto Youssef?



**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Presenciei. Isso eu não neguei.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD** - Alguma vez o depoente presenciou o representado conversar ou manter contato com Pedro Paulo Leoni?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não me recordo. Se recordasse, eu diria.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD** - Se o depoente...Pois não.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Eu não sabia, inclusive, que havia nexos entre esses dois personagens.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD** - Alguma vez o representado conversou com o depoente a respeito dos termos contidos na representação, isso antes de elas virem à tona pela imprensa?

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não entendi. Antes de a imprensa divulgar o nome Labogen?

**O SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD** - Isso.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Isso eu já respondi. Eu não sabia que esse laboratório... Não tenho na minha memória. É possível que eu já tenha visto. Como eu sou médico, é possível que eu já tenha lido. Eu não sabia que existia um laboratório chamado Labogen, antes de ser divulgado o fato pela imprensa. Aliás, parece que a primeira coisa que saiu sobre o Andre Vargas foi o avião, não foi o Labogen. Eu acho, não tenho certeza. Inclusive eu nem me preparei para esta conversa aqui porque eu vinha para o Conselho de Ética... Como eu disse, além de respeitar todos, eu quero ajudar o Conselho de Ética, como viria. Faz parte da minha tradição. Então, eu não li as matérias dos jornais. Então, tem coisa de que eu não me lembro direito da cronologia, mas eu desconfio de que a primeira questão foi a do avião e não... O assunto Labogen veio depois. Desconfio, não tenho certeza.

**O SR. DEPUTADO FÁBIO TRAD** - Estou satisfeito, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Com a palavra o Deputado Izalci.

**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Tendo em vista a fala do Deputado de que alguns o estão acusando de *lobby*, eu não o acusei absolutamente de nada.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Não, eu não falei nada.



**O SR. DEPUTADO IZALCI** - Eu só quero dizer que, quando V.Exa. disse que até se sentiria traído, V.Exa. foi traído pelo que está na matéria, porque houve o diálogo e houve, sim, o *lobby*, está muito claro isso. Mas também não quero condenar ninguém por ter... Ele pode ter conversado sem... A gente não entrou nos detalhes, até onde foi esse *lobby*. Pouca gente sabe que posteriormente é que houve toda aquela questão da empresa.

Mas o que me preocupa, assim, e acho que não vamos ter essa resposta hoje, é que o Partido dos Trabalhadores não está fazendo política aqui, não. A história, os fatos, é que o Partido dos Trabalhadores sempre defendeu com unhas e dentes os seus filiados, os seus Deputados, até a última consequência. Nós sabemos o quanto o PT defende os seus Deputados, e os Deputados são aguerridos e tal.

E, nesse episódio, eu senti que o Deputado Andre também é um guerreiro, é um aguerrido, não se entrega facilmente. O afastamento dele da Vice-Presidência e o afastamento do PT, da forma como foi feito, para isso acontecer, deveria ter uma coisa muito grave. Quer dizer, por isso é que eu achei que V.Exa., como membro do PT e como Líder, pudesse esclarecer alguma coisa. Mas V.Exa. já respondeu que não sabe, que não viu e que não tem nada. Mas, para ele se afastar neste momento... E a gente viu os discursos de outros Deputados, de lideranças, inclusive, quase que, eu não diria impondo, porque ninguém faz isso, mas quase colocando assim para ele se afastar do PT.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - À exceção do que V.Exa. diz, que deve ter ocorrido coisa muito grave, no restante eu concordo com V.Exa., porque, à exceção dessa parte aí que o Andre deve ter feito algo muito grave, à exceção dessa parte, no restante eu concordo com tudo o que V.Exa. falou. Falei isso, inclusive, no PT.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Sr. Presidente, como Relator, primeiro, quero agradecer ao Dr. Batochio, dizendo a ele que, nesse momento de processo de instrução, e resguardado todo o direito de defesa que V.Exa., com muita competência, sabe proceder, resguardar todo esse processo é um procedimento de instrução.



Essas testemunhas arroladas pela relatoria, no caso, o convite ao Deputado Vaccarezza, foram justamente no sentido de elucidar a instrução sem necessidade até de conhecer a documentação, até porque não tem aqui ainda relatório. Não tem algo de que... O nosso relatório ainda vai ser submetido à apreciação de V.Exa., do Dr. Saliba, do Dr. Gusmão, e temos tido essa preocupação.

Então, eu digo que a gente respeita isso, mas, em função desse período, e volto a dizer que é finalístico... E aí eu coloco um pouco a homenagem ao Deputado José Carlos, que, quando Presidente, instituiu essa mudança nos prazos para que a gente pudesse ter começo, meio e fim aqui no Conselho de Ética, para que não fiquem *ad aeternum* os prazos. E esses 40 dias úteis são aqueles que contam para a nossa instrução.

Nós estamos nesse procedimento. Em qualquer momento da instrução, ter conhecimento de todos aqueles documentos, oitivas, a não ser as de defesa, que nós temos que respeitar até a undécima hora, quando termina o nosso prazo, a gente dispensar, utilizar a documentação, não utilizar. Quando recebermos aqui as respostas do Sr. Bernardo Tosto, com relação à empresa aérea, são públicas a todos? Quando recebemos aqui a comunicação das audiências marcadas pelo Sr. Deputado Andre Vargas e Labogen ao Ministério da Saúde com quem estiverem e as tratativas. Vamos todos aqui conversar nesse período de instrução.

Quero aqui só, diferentemente do que disse o Deputado Vaccarezza, e aí ele está atento a isso, que veio antes e veio depois, até então estava, e também por esclarecimento do Deputado Sibá Machado, a representação feita pelo PSDB, pelo Democratas e pelo PPS diz respeito ao uso da aeronave e ao tráfico de influência com a Labogen. Não é só restrita ao uso da aeronave, não. A instrução sobre a qual nós fizemos um relatório de admissibilidade e que foi...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Não, é só porque você falou que veio depois, mas a representação era relativa aos dois fatos, fatos esses que, inclusive, com a fala do Deputado Andre Vargas na tribuna da Câmara, ele se defendeu naquele momento com referência a esses dois temas, que são absolutamente distintos e cada um caracterizando um tipo de responsabilidade ou de conduta antiética, ou ética, ou indecorosa ou decorosa, a juízo deste Conselho.



Por último, eu gostaria de falar, e foi dito aqui várias vezes, da utilização desse processo e do Conselho em período eleitoral. Eu já fui Relator num ano de período pré-eleitoral. Todo mundo aqui sabe disso. Na pesquisa feita, Deputado Fábio Trad, sabe qual é a influência disso nas eleições? Zero. Zero. Pesquisa feita quando eu fui Relator, em novembro de 2005, das eleições de 2006, o efeito disso nas eleições foi zero.

Agora também, Dr. Batochio, eminente defensor do representado, eu, este Conselho, não tenho culpa de esses fatos virem à tona em 2014. Não tenho culpa de ter sido representado pelos partidos pelos fatos que vieram à tona. Não tenho culpa de o sorteio ter designado, de três nomes, o meu nome ter saído dos três e a escolha ter saído pelo Presidente Ricardo Izar.

Eu quero dizer claramente aqui que eu estou cumprindo as minhas determinações de Relator do processo, independentemente do prazo. E disse a V.Exa., contraditório que seja: se isso não é para ter influência lá nas eleições, vamos fazer isso com rapidez.

Não fui eu que demorei a ser citado, para poder apresentar a defesa. Não fui eu que, depois do prazo de defesa, pedi extensão da mesma. Não fui eu que fui à tribuna da Câmara fazer uma defesa que possa ter me comprometido. Ora, agora eu, Relator, sou culpado porque nós estamos chegando perto das eleições?

Eu quero dizer a V.Exa., que me perguntou ali fora, que estava na expectativa, inclusive, de eu me candidatar a um cargo majoritário em Minas, que isso foi fruto de uma discussão, Deputado Fábio Trad, na última quinta, sexta e sábado. Você sabe o que se passaria se eu fosse candidato a um cargo majoritário, Deputado Fábio Trad? Eu teria que renunciar à relatoria desse processo. E aí começaria tudo de novo: designação de um novo Relator, prazo para poder fazer a admissibilidade. E, com a responsabilidade que eu tenho para com esse mandato que eu ora exerço, para com essa atribuição que eu ora exerço é que eu vou cumprir os prazos que me são dados, não pela minha conveniência ou pela conveniência eleitoral, é pela conveniência do Regimento, do Estatuto e do Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Nós estamos aqui há muito tempo nessa luta, Dr. Batochio. Nós fomos, no dia 29 de maio, ao Supremo Tribunal Federal, quando todo mundo aqui já tinha ido



embora, numa audiência em que o Ministro Teori pedia os dados da operação, que só chegaram ontem à noite, e de que V.Exa. tomou conhecimento hoje. Foi informado, e eu fui informado hoje também.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Chegou hoje.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Chegou hoje. Então, chegou hoje, às 10 horas da manhã. A informação que eu tive é que chegaria hoje.

Então, eu quero dizer que nós estamos tentando tomar... Quando nós cumprimos aqui, Deputado Vaccarezza... Não tenho mais nenhuma pergunta a lhe fazer, nenhum questionamento. Quando nós fazemos aqui a questão de convidá-lo... E você: *"Ah, eu soube, mas que não tinha uma viva alma aqui. Ah, eu estava na CPMI"*. Eu também estava. Mas aqui nós estávamos cumprindo prazos.

Fizemos as reuniões. E, quando eu disse que os nobres Deputados vieram aqui se justificar, é porque talvez era para estar presente aqui só eu e o Presidente mesmo. O Dr. Saliba sabe disso, que a gente tinha que cumprir os nossos prazos com relação à oitiva de testemunhas, aquelas que, convidadas, não quiseram comparecer, no procedimento que nos cabe, para poder ter até o direito processual de dispensar a oitiva das mesmas e estendendo mais uma semana, porque o Deputado Vaccarezza gentilmente falou assim: *"Eu me disponho a falar no dia 1º"*. Estamos aqui. Como nós temos amanhã a oitiva da Labogen. Como teremos, a partir da semana que vem, porque amanhã não está confirmada nenhuma, mas tem a oitiva, a gente faz um novo convite às testemunhas arroladas pelo representado e dignamente arroladas pela defesa.

Então, eu quero aqui claramente dizer ao nobre Deputado Cândido Vaccarezza. Quero agradecer S.Exa. e também aos companheiros do Conselho de Ética que vêm à sessão, em que a gente fica espremido. Quero dizer que nós vamos tentar, independentemente dos prazos que são cumpridos, porque este é o nosso dever, cumprir a obrigação legal e regimental, porque não tenho nenhuma responsabilidade por esses fatos terem acontecido num ano. Talvez essa preocupação não seja minha, esteja sendo passada para a sociedade como se fosse uma preocupação nossa. Não é isso, absolutamente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Sr. Presidente, um esclarecimento que a defesa precisa solicitar ao douto Relator e a V.Exa.: para amanhã estaria aprazada a inquirição de duas testemunhas representantes do Labogen. Nós continuamos sem ter tido acesso a essas 4 mil páginas. Eu pergunto a V.Exa. se haveria algum prejuízo. Já que aqui nós não pudemos respeitar os cânones constitucionais do contraditório e da amplitude do direito de defesa, se haveria a possibilidade de, pelo menos, se conceder um prazo maior para que a defesa possa tomar conhecimento e, então, participar da inquirição das testemunhas da Labogen, senão ela vai ser compelida a tomar a mesma atitude. Não tem como fazer perguntas!

O nobre Deputado Mandetta fez uma indagação: *“Foram remetidos não sei quantos milhões de dólares para o exterior...”* Enfim, reportou-se a dados concretos, e nós não temos condição de perguntar novamente para contrariar.

Então, Presidente, eu pergunto se haveria algum prejuízo em se conceder 2 ou 3 dias para nós lermos essas 4 mil páginas, para, então, ouvir as testemunhas da Labogen.

Nobre Deputado Júlio Delgado, V.Exa. é de um Estado por onde passa sempre a liberdade no Brasil, V.Exa. é das Minas Gerais. Minas Gerais dá ao Brasil — deu ao Brasil — o maior exemplo do juiz justo, do juiz humanitário, que foi Tomás Antônio Gonzaga, que era desembargador e disse: *“Olha, nós temos que tomar todo o cuidado ao processar e ao julgar o nosso semelhante”*. Eu aqui abro um parêntese para dizer que me divirto pessoalmente quando eu sou procurado para defender juízes, julgadores, porque os mais rigorosos são os mais exigentes na defesa dos seus direitos quando estão sentados no lado de lá.

Então, façam como Tomás Antônio Gonzaga, que disse: *“Eu sempre condenei chorando e absolvi sorrindo”*. Não lhe peço tanto, mas peço que permita que a defesa possa ser exercida na latitude, na amplitude que a Constituição recomenda. Eu quero 3 dias para ler essas 4 mil páginas!

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - A informação que eu estou tendo da Secretaria, nobre Dr. Batochio, é a de que os dois proprietários, diretores da Labogen, já estão em direção a Brasília, marcados para amanhã...

Talvez não seja necessário ler essas 4 mil páginas. Há muitas partes que se referem à tratativa do Sr. Andre Vargas com relação à aeronave, e a outra coisa é



com relação à Labogen, que é o trato especificamente que vai nos propor aqui, na nossa oitiva de amanhã. Agora, se for possível, já que eles estão em direção e, se há, no horário que a gente tinha reservado para ouvir o Dr. Youssef e não for possível a gente passar para a parte da tarde, e se V.Exa. quiser ter a noite de hoje, está aí à disposição. Nós vamos ter que ir para o Conselho de Ética juntos, V.Exa. e eu, como Relator, para podermos nos debruçar sobre esse material, que não pode ser retirado da Secretaria do Conselho. Teríamos amanhã pela manhã e início da tarde para podermos analisar alguma coisa, se for possível encaminharmos para a oitiva, porque eles já estão em direção a Brasília, e eu não tenho como, agora, dispensá-los, fazer com que eles voltem, porque, se eles voltarem, eles não voltarão mais aqui.

Então, eu acho que a gente tem que manter o máximo que poderia ser concedido, que seria passar para o horário da tarde, que é um horário em que a gente já tinha um horário previamente estabelecido para a oitiva do Sr. Alberto Youssef. É isso.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - Sr. Presidente, infelizmente, não é possível ler 4 mil páginas em algumas horas, não é? Então, vou esclarecer a V.Exa. que a defesa vai continuar manietada, amordaçada, vedada e algemada, sem poder se exercer na amplitude constitucional. Parece que Kelsen saiu de moda. Ele fez a construção da pirâmide legislativa, cujo vértice, a lei das leis, é a Constituição, mas parece que nós estamos invertendo essa pirâmide e atendendo mais ao regulamento, mais aos estatutos e tal, e lendo a Constituição de acordo com essas normas de hierarquia inferior. Não sei para onde vai a nossa democracia. Oxalá não tenhamos nós a desventura de nos encontrarmos um dia na posição do Deputado Andre Vargas. Quem sabe, não?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - De antemão, já solicito ao Presidente que, se puder passar a reunião marcada para amanhã para a parte da tarde, como um gesto nosso de tentar, até para que os Deputados tenham conhecimento... Essa é a tentativa que a gente pode fazer. Não há cerceamento.

**O SR. MICHEL SALIBA** - Sr. Presidente, se efetivamente o depoimento está designado para as 10 horas, e se não for concedida a vista à defesa, então não há razão para estendermos para as 14 horas. Com todas as vênias ao Deputado Júlio



Delgado, isso pouco importa, e nada retira nem afrouxa a algema e a mordação colocada na defesa.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Vai ser verificada a possibilidade de mudança para a parte da tarde, e os processos já estão disponíveis desde hoje de manhã, no Conselho de Ética.

**O SR. MICHEL SALIBA** - V.Exa. perdoe-me insistir, mas a defesa está requerendo que os depoimentos cumpram o horário previamente designado. Esse é o requerimento da defesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Então retire o pedido, Deputado Júlio Delgado.

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Então fica para as 10 horas mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Continua marcado para amanhã, às 10 horas, e o processo continua disponível no Conselho de Ética.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado José Carlos Araújo.

**O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO** - Sinceramente, Sr. Presidente, eu não vejo, não vislumbro, em hipótese nenhuma, Srs. Advogados, essa visão que V.Exas. colocaram. Não os vejo, de forma nenhuma, algemados. Não passa pela minha cabeça essa visão. Podem ter certeza de que essa visão não tenho aqui.

Pode ficar tranquilo, porque, mesmo que o senhor tente, não vai fazer chegar aos meus olhos essa visão de vê-lo algemado, em hipótese nenhuma, em lugar nenhum. Pode ficar tranquilo, porque eu não vejo isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Eu gostaria de perguntar ao Relator e aos advogados da defesa se querem fazer mais alguma pergunta ao Deputado Cândido Vaccarezza, para eu poder dar a palavra a ele, para a despedida.

**O SR. JOSÉ ROBERTO BATOCHIO** - A defesa sente-se impossibilitada de fazer perguntas, porque não conhece o conteúdo dos autos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O Relator quer fazer pergunta ao Deputado?

**O SR. DEPUTADO JÚLIO DELGADO** - Quero agradecer.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - O Deputado Cândido Vaccarezza tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO CÂNDIDO VACCAREZZA** - Quero só agradecer a todos os presentes, aos Deputados, em particular ao Presidente, Deputado Ricardo Izar, e ao Relator, Deputado Júlio Delgado, e me colocar à disposição. Sempre que este Conselho precisar de mim como testemunha, eu estarei à disposição.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Mandetta.

**O SR. DEPUTADO MANDETTA** - Eu queria cumprimentar o Deputado Cândido Vaccarezza pela postura, por ter vindo, por ter ajudado este Conselho de maneira republicana. Num momento em que todos nós atores políticos vamos para uma caminhada, eu sei o quanto é importante que a gente zele pelo nome, pelo trabalho.

Deixo aqui o meu depoimento de apreço a V.Exa., pela postura.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Ricardo Izar) - Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, agradeço a presença dos Srs. Parlamentares e convoco reunião para amanhã, dia 2 de julho, às 10 horas, no Plenário 8, para a oitiva dos Srs. Leonardo Meirelles e Esdras Ferreira, sócios da Labogen.

Está encerrada a reunião.